



ARRECAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA DO DF

AGOSTO/2018



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
ASSESSORIA DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS**

**ARRECADAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA DO
DISTRITO FEDERAL**

AGOSTO/2018

APRESENTAÇÃO	02
ARRECADAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA	03
CENÁRIO MACROECONÔMICO	09
ARRECADAÇÃO DO ICMS	13
ARRECADAÇÃO DO REGIME SIMPLIFICADO	28
ARRECADAÇÃO DO ISS	29
SÉRIES HISTÓRICAS	39

APRESENTAÇÃO

Elaborado pela Assessoria de Estudos Econômico-Fiscais/GAB/SEF, o presente relatório tem o propósito de divulgar os valores da arrecadação de origem tributária do Distrito Federal referentes ao mês de agosto e ao período de janeiro a agosto de 2018.

A fonte dos dados apresentados é o Sistema Integrado de Gestão Tributária – SIGGO em 11/09/2018. Para as arrecadações do ICMS e do ISS por segmento econômico, a fonte é o Sistema Integrado de Tributação e Administração Fiscal – SITAF em 03/09/2018.

As informações são apresentadas por meio de tabelas e gráficos, acompanhados de comentários, de forma a evidenciar o comportamento das receitas de origem tributária no mês de agosto e no período de janeiro a agosto de 2018, em comparação aos mesmos períodos de 2017.

Inicialmente, aborda-se o total da arrecadação de origem tributária, sendo apontados os itens de receita que mais contribuíram para o resultado observado. Em seguida, faz-se a exposição da arrecadação do ICMS, item de receita de maior representatividade, detalhada por situação de recolhimento e atividade econômica. É dado destaque à arrecadação do regime simplificado de tributação (Simples Nacional) nos últimos seis meses, discriminando os recolhimentos a título de ICMS e ISS. A arrecadação do ISS é tratada na sequência por situação de recolhimento e atividade econômica. Após, são apresentadas séries históricas das receitas de origem tributária.

Brasília, 18 de agosto de 2018.

Assessoria de Estudos Econômico-Fiscais/GAB/SEF

ARRECAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA

No mês de agosto de 2018, a receita de origem tributária totalizou o montante de R\$ 1.341,5 milhões em valores correntes. No confronto com agosto de 2017, apontou-se acréscimo nominal de 7,4%, que correspondeu a uma alta real de 3,6%, tendo como índice de correção monetária o INPC/IBGE. A tabela abaixo apresenta a receita de agosto discriminada pelos principais tributos, variações nominais e reais e participações percentuais no total da arrecadação.

DISTRITO FEDERAL: ARRECAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA DADOS SIGGO em 11/09/2018

VALORES EM R\$ MIL

ITEM	ago/18	ago/17	agosto/2017 pelo INPC/IBGE	Variação Nominal		Variação Real		Composição da arrecadação em agosto/18
	(a)	(b)	(c)	(a) - (b)	(a)/(b)	(a) - (c)	(a)/(c)	
ICMS	666.749	619.989	642.566	+46.760	+7,5%	+24.183	+3,8%	49,7%
ISS	131.385	132.738	137.571	-1.353	-1,0%	-6.187	-4,5%	9,8%
SIMPLES	32.704	31.398	32.541	+1.306	+4,2%	+163	+0,5%	2,4%
IRRF	274.455	210.149	217.802	+64.306	+30,6%	+56.653	+26,0%	20,5%
IPVA	38.373	48.178	49.932	-9.805	-20,4%	-11.560	-23,2%	2,9%
IPTU	77.889	71.426	74.027	+6.462	+9,0%	+3.861	+5,2%	5,8%
ITBI	39.028	39.405	40.840	-377	-1,0%	-1.812	-4,4%	2,9%
ITCD	9.070	26.836	27.813	-17.765	-66,2%	-18.742	-67,4%	0,7%
TLP	16.350	15.606	16.174	+744	+4,8%	+175	+1,1%	1,2%
Outras Taxas	6.053	6.227	6.453	-173	-2,8%	-400	-6,2%	0,5%
Receita Tributária Total (A)	1.292.056	1.201.952	1.245.721	+90.105	+7,5%	+46.335	+3,7%	96,3%
Dívida Ativa	29.352	25.608	26.541	+3.744	+14,6%	+2.812	+10,6%	2,2%
Multas e Juros de Mora - Dívida Ativa	8.201	7.912	8.200	+289	+3,7%	+1	+0,0%	0,6%
Multas e Juros de Mora dos Tributos	11.875	13.799	14.302	-1.924	-13,9%	-2.427	-17,0%	0,9%
Total das Outras Receitas (B)	49.428	47.319	49.043	+2.109	+4,5%	+386	+0,8%	3,7%
Total da Arrecadação (A) + (B)	1.341.484	1.249.271	1.294.764	+92.213	+7,4%	+46.721	+3,6%	100,0%

Fonte: SIGGO.

No resultado acumulado do período de janeiro a agosto de 2018, a receita de origem tributária alcançou o montante de R\$ 10.833,2 milhões em valores correntes, o que representou acréscimo nominal de 6,9%, correspondente a um aumento real de 4,4% em relação ao mesmo período de 2018. A tabela a seguir apresenta a receita acumulada no ano discriminada pelos principais tributos, variações nominais e reais, e participações percentuais no total da arrecadação.

DISTRITO FEDERAL: ARRECAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA ACUMULADA EM 2018
DADOS SIGGO em 11/09/2018

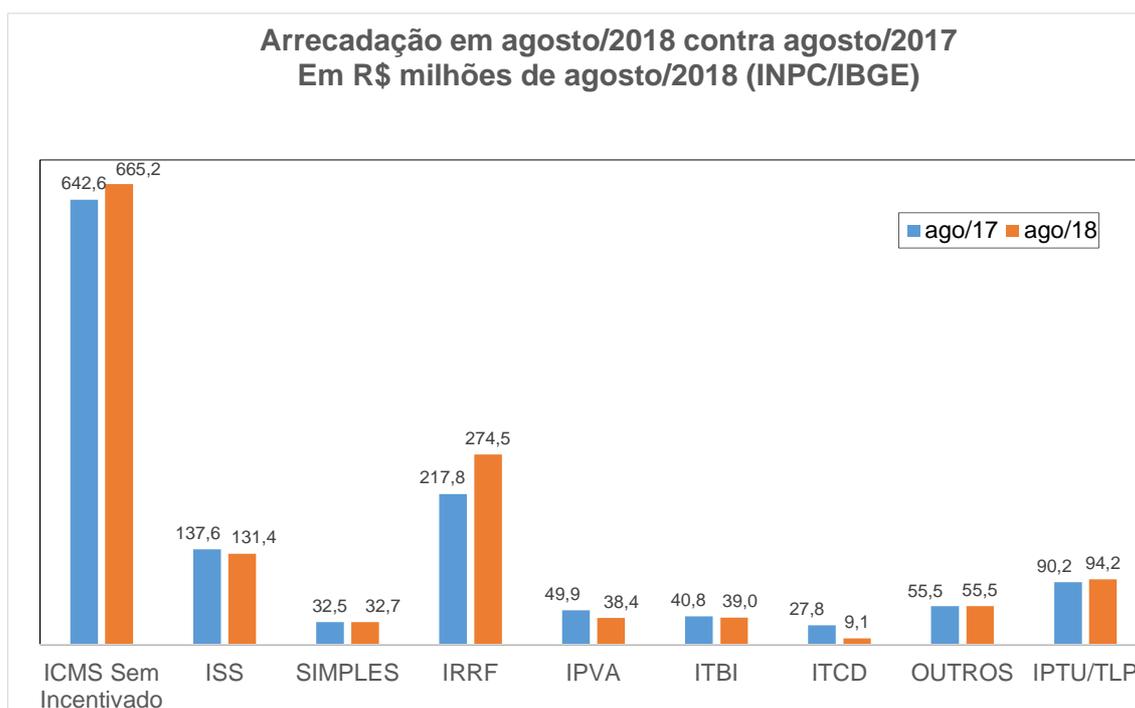
VALORES EM R\$ MIL

ITEM	2018 (a)	2017 (b)	2018 pelo INPC/IBGE (c)	2017 pelo INPC/IBGE (d)	Variação Nominal		Variação Real		Composição da arrecadação
					(a) - (b)	(a)/(b)	(c) - (d)	(c)/(d)	
ICMS	5.198.412	4.930.364	5.271.696	5.121.983	+268.048	+5,4%	+149.714	+2,9%	48,0%
ISS	1.038.921	1.043.269	1.053.094	1.083.879	-4.349	-0,4%	-30.785	-2,8%	9,6%
SIMPLES	259.031	239.497	262.710	248.818	+19.534	+8,2%	+13.892	+5,6%	2,4%
IRRF	1.976.870	1.740.851	2.004.338	1.807.999	+236.019	+13,6%	+196.339	+10,9%	18,2%
IPVA	938.002	887.387	956.717	922.843	+50.616	+5,7%	+33.874	+3,7%	8,7%
IPTU	552.902	486.279	555.436	504.514	+66.623	+13,7%	+50.922	+10,1%	5,1%
ITBI	268.964	227.081	272.426	235.817	+41.883	+18,4%	+36.609	+15,5%	2,5%
ITCD	73.526	86.330	74.490	89.612	-12.804	-14,8%	-15.122	-16,9%	0,7%
TLP	103.488	97.226	103.986	100.872	+6.262	+6,4%	+3.114	+3,1%	0,9%
Outras Taxas	50.096	52.886	50.769	54.919	-2.791	-5,3%	-4.151	-7,6%	0,5%
Receita Tributária Total (A)	10.460.212	9.791.170	10.605.663	10.171.257	+669.042	+6,8%	+434.406	+4,3%	96,6%
Dívida Ativa	235.785	198.005	238.889	205.620	+37.780	+19,1%	+33.270	+16,2%	2,2%
Multas e Juros de Mora - Dívida Ativa	62.877	66.627	63.782	69.179	-3.751	-5,6%	-5.398	-7,8%	0,6%
Multas e Juros de Mora dos Tributos	74.339	73.752	75.308	76.589	+587	+0,8%	-1.282	-1,7%	0,7%
Total das Outras Receitas (B)	373.001	338.384	377.979	351.388	+34.616	+10,2%	+26.591	+7,6%	3,4%
Total da Arrecadação (A) + (B)	10.833.212	10.129.555	10.983.642	10.522.645	+703.658	+6,9%	+460.997	+4,4%	100,0%

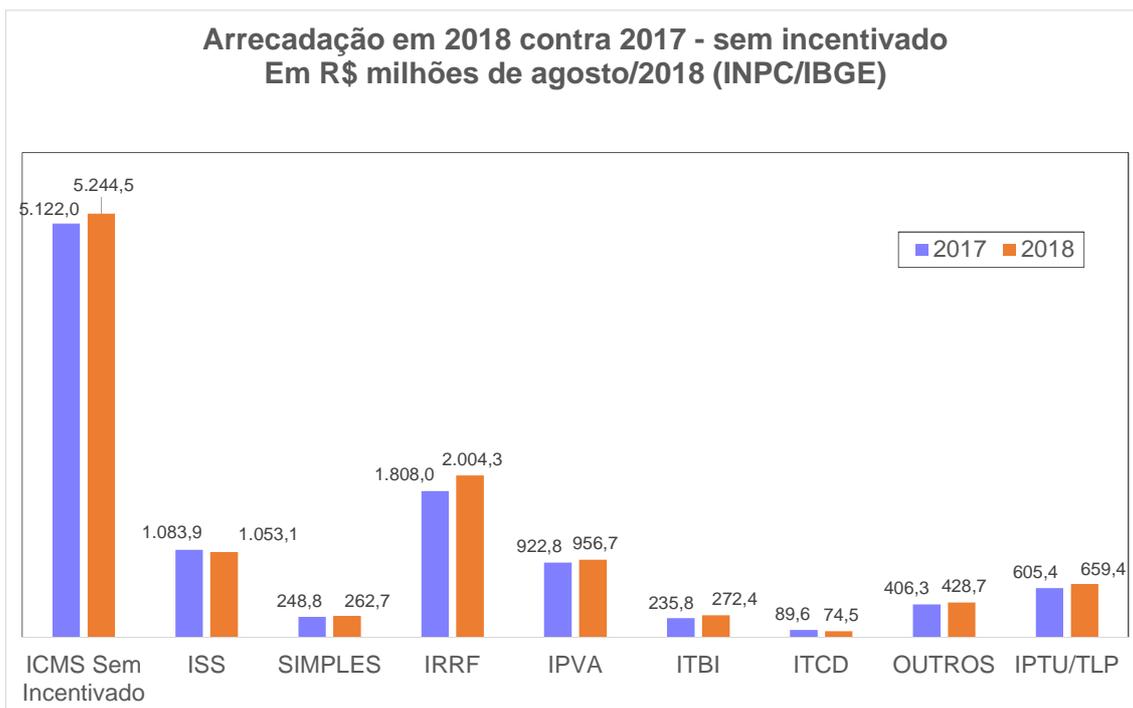
Fonte: SIGGO.

Avaliando o desempenho real da arrecadação tributária em agosto de 2018 frente a agosto de 2017, verificou-se que o **ICMS** — tributo com maior representatividade —, cresceu 3,8% (R\$ 24,2 milhões). No mesmo sentido, apresentaram acréscimos o **IRRF** e o **IPTU** na ordem de 26,0% (R\$ 56,7 milhões) e 5,2% (R\$ 3,9 milhões), respectivamente. Por outro lado, os maiores decréscimos foram observados no **ITCD** de 67,4% (R\$ 18,7 milhões), devido à elevada base de comparação em 2017, e no **IPVA** de 23,2% (R\$ 11,6 milhões).

O gráfico abaixo ilustra a comparação mensal, excluindo a modalidade ICMS PADES/Incentivado.



Na comparação acumulada no período de janeiro a agosto de 2018 com correspondente período de 2017, foram observados acréscimos reais significativos de **IRRF** (+R\$ 196,3 milhões), de **ICMS** (+R\$ 149,7 milhões), de **IPTU** (+R\$ 50,9 milhões), de **ITBI** (+R\$ 36,7 milhões) e de **IPVA** (+ R\$ 33,9 milhões). Por outro lado, foram registradas quedas expressivas do **ISS** (-R\$ 30,8 milhões) e do **ITCD** (-R\$ 15,1 milhões).

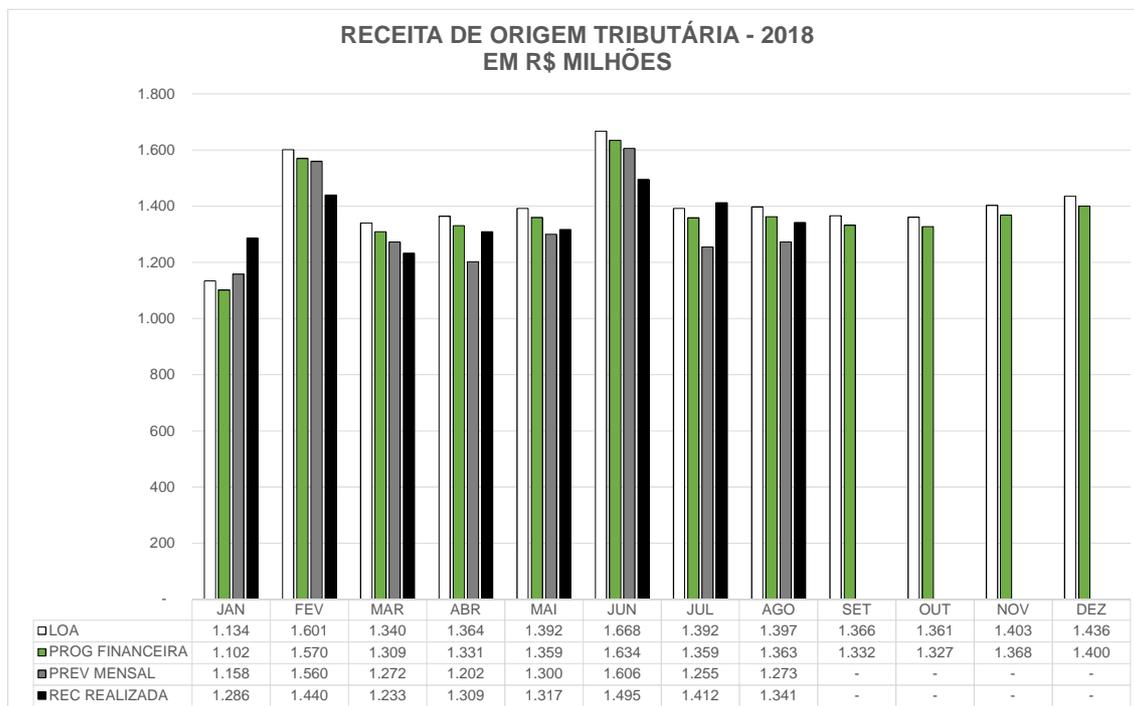


O Índice Fipe-Zap — indicador que monitora o comportamento do preço de venda de imóveis residenciais em 20 cidades brasileiras —, manteve-se praticamente estável em agosto (variação de -0,06% frente a julho). Como o IPCA, considerado o índice oficial da inflação do país, variou -0,09% em agosto, o Índice Fipe-Zap encerrou o sétimo mês de 2018 com alta real no preço de venda de imóveis residenciais de +0,03%.

Entre agosto de 2017 e agosto de 2018 (últimos 12 meses), o Índice Fipe-Zap aponta recuo de 0,32% no preço médio de venda de imóveis residenciais. Nesse intervalo, 11 das 20 cidades pesquisadas apresentaram queda nominal no preço de venda, tendo sido verificada queda de 1,47% no preço dos imóveis anunciados no Distrito Federal.

Em agosto de 2018, o valor médio de venda dos imóveis residenciais nas 20 cidades monitoradas foi de R\$ 7.529/m², mantendo-se o Distrito Federal com o terceiro m² mais caro do país (R\$ 7.788/m²), após Rio de Janeiro e São Paulo.

O gráfico seguinte ilustra a comparação entre as receitas realizadas e previstas para a Lei Orçamentária 2018, para a Programação Financeira, bem como para a previsão mensal.



A receita realizada em agosto de 2018 ficou acima da considerada na previsão mensal em R\$ 68,7 milhões, o que corresponde a um desvio positivo de 5,4% de realização.

Quanto à previsão contida na LOA para o mês de agosto, ocorreu déficit no montante de R\$ 55,4 milhões em relação à receita realizada, conforme quadro seguinte. Discriminando os desvios pelos itens que compõem a receita tributária, os principais desvios negativos observados foram para o ICMS (-R\$ 72,2 milhões) e para o ISS (-R\$ 13,1 milhões).

No tocante à programação financeira, a receita realizada ficou abaixo da prevista em R\$ 21,1 milhões, sendo que os desvios negativos mais significativos ocorreram com o ICMS (-R\$ 37,9 milhões), com o ISS (-R\$ 13,1 milhões) e com o IPTU/TLP (-R\$ 9,7 milhões).

VALORES EM R\$ MIL

RECEITA TRIBUTÁRIA DO DISTRITO FEDERAL - AGOSTO 2018							
	PREVISÃO MENSAL (A)	LOA (B)	PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA (C)	RECEITA REALIZADA (D)	(D-A)	(D-B)	(D-C)
ICMS	649.304	738.982	704.675	666.749	17.445	(72.233)	(37.925)
ISS	134.021	144.533	144.533	131.385	(2.637)	(13.148)	(13.148)
SIMPLES	29.972	34.760	34.760	32.704	2.732	(2.055)	(2.055)
IRRF	216.623	264.186	264.186	274.455	57.832	10.269	10.269
IPVA	48.830	13.251	13.251	38.373	(10.457)	25.122	25.122
IPTU/TLP	97.142	103.982	103.982	94.238	(2.903)	(9.744)	(9.744)
ITBI	37.298	36.693	36.693	39.028	1.730	2.336	2.336
ITCD	8.941	9.025	9.025	9.070	129	46	46
OUTRAS TAXAS	6.431	7.531	7.531	6.053	(378)	(1.478)	(1.478)
RECEITA TRIB TOTAL	1.228.563	1.352.943	1.318.635	1.292.056	63.493	(60.887)	(26.579)
DÍVIDA ATIVA	27.528	25.099	25.099	29.352	1.824	4.254	4.254
M/J DÍVIDA ATIVA	7.869	7.684	7.684	8.201	332	517	517
M/J TRIBUTOS	8.783	11.170	11.170	11.875	3.093	705	705
TOTAL OUTRAS REC	44.179	43.952	43.952	49.428	5.249	5.476	5.476
TOTAL DA ARRECADAÇÃO	1.272.742	1.396.895	1.362.587	1.341.484	68.742	(55.411)	(21.103)

No acumulado de janeiro a agosto de 2018, houve desvio positivo de realização frente à previsão mensal no montante de R\$ 208,0 milhões, explicado em larga medida pelos desvios positivos ocorridos com o IRRF (R\$ 201,2 milhões), com o IPVA (R\$ 27,2 milhões), com a dívida ativa (R\$ 18,2 milhões) e com o IPTU/TLP (R\$ 17,3 milhões). Quanto aos desvios negativos, destacaram-se o ICMS (-R\$ 51,2 milhões), o ISS (-R\$ 19,1 milhões) e o SIMPLES (-R\$ 7,1 milhões).

No que tange à receita acumulada no período de janeiro a agosto de 2018 prevista na LOA em relação à receita realizada, ocorreu déficit no montante de R\$ 455,4 milhões. Ressalte-se que a maior frustração de realização ocorreu com o ICMS (-R\$ 464,1 milhões), explicada em grande parte pela redução das expectativas de crescimento do PIB da época dos trabalhos de previsão para a LOA 2018 de 2,48% contra 1,68% da mesma expectativa em 20/07/2018. O destaque positivo ocorreu com o IRRF (+R\$ 70,2 milhões).

Quanto à programação financeira, no período acima registrado, verificou-se um desvio negativo de realização no montante de R\$ 192,5 milhões, explicados principalmente pela arrecadação de ICMS (-R\$ 201,2 milhões), de ISS (- R\$ 73,6 milhões) e de IPVA (- R\$ 21,0 milhões).

VALORES EM R\$ MIL

RECEITA TRIBUTÁRIA DO DISTRITO FEDERAL - JANEIRO A AGOSTO 2018							
	PREVISÃO MENSAL(A)	LOA (B)	PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA (C)	RECEITA REALIZADA (D)	(D - A)	(D-B)	(D - C)
ICMS	5.249.601	5.662.495	5.399.611	5.198.412	(51.188)	(464.083)	(201.198)
ISS	1.058.059	1.112.543	1.112.543	1.038.921	(19.138)	(73.622)	(73.622)
SIMPLES	266.167	278.838	278.838	259.031	(7.136)	(19.808)	(19.808)
IRRF	1.775.652	1.906.642	1.906.642	1.976.870	201.218	70.228	70.228
IPVA	910.777	959.026	959.026	938.002	27.226	(21.023)	(21.023)
IPTU/TLP	639.043	654.216	654.216	656.390	17.347	2.174	2.174
ITBI	262.312	262.024	262.024	268.964	6.652	6.940	6.940
ITCD	64.199	63.844	63.844	73.526	9.327	9.681	9.681
OUTRAS TAXAS	54.731	56.769	56.769	50.096	(4.635)	(6.674)	(6.674)
RECEITA TRIB TOTAL	10.280.538	10.956.399	10.693.515	10.460.212	179.674	(496.188)	(233.303)
DÍVIDA ATIVA	217.633	196.219	196.219	235.785	18.152	39.567	39.567
M/J DÍVIDA ATIVA	58.186	63.623	63.623	62.877	4.691	(746)	(746)
M/J TRIBUTOS	69.169	72.394	72.394	74.339	5.170	1.945	1.945
TOTAL OUTRAS REC	344.987	332.235	332.235	373.001	28.013	40.766	40.766
TOTAL DA ARRECAÇÃO	10.625.525	11.288.635	11.025.750	10.833.212	207.687	(455.422)	(192.537)

DESEMPENHO DA ARRECAÇÃO PERANTE O CENÁRIO ECONÔMICO

O quadro a seguir resume os indicadores econômicos considerados relevantes na elaboração do presente relatório.

INDICADORES ECONÔMICOS

Indicador	Unidade	Fonte	jul/17	jun/18	jul/18	acum. ano	últ. 12 meses	projeção 2018
IPCA (1)	variação %	IBGE/BACEN	0,19%	0,33%	-0,09%	2,85%	4,19%	4,19%
IPCA - Brasília (1)	variação %	IBGE/BACEN	0,45%	0,58%	-0,72%	1,68%	3,47%	-----
SELIC (a.a)	variação % a.a.	BACEN	9,25%	6,50%	6,50%	-----	-----	6,50%
PIB Brasil (crescim. estimado/Boletim Focus)	taxa trimestral %/ ano ant	IBGE/BACEN	2,20%	1,49%	1,36%	-----	-----	1,36%
IBC-Br	var % mês/mês ant	BACEN	0,41%	3,42%	0,57%	-----	-----	-----
Taxa de desemprego no DF	%	CODEPLAN	19,5%	19,2%	18,7%	-----	-----	-----
Índice FipeZap ampliado (20 cidades; 1)	variação %	Fipe	-0,12%	-0,07%	-0,06%	-0,29%	-0,32%	-----
Índice FipeZap DF (1)	variação %	Fipe	-0,58%	0,40%	0,04%	-0,60%	-0,77%	-----
Preço médio imóvel DF (1)	R\$/m²	Fipe	8.297	7.785	7.788	-----	-----	-----
Venda de combustíveis no DF (m³)	var % mês/mês ant	ANP	-0,81%	27,72%	-2,35%	-3,59%	-3,23%	-----
Produção Industrial Mensal - Brasil (PIM-PF; 3)	var % mês/mês ant	IBGE	0,6%	12,9%	-0,2%	2,5%	3,2%	-----
Receita nominal de vendas - com. varejista (BR)	var % mês/mês ano ant.	IBGE	0,1%	0,6%	0,2%	1,8%	2,8%	-----
Receita nominal de vendas - com. varejista (DF)	var % mês/mês ano ant.	IBGE	-2,0%	-0,3%	-0,1%	2,3%	-0,1%	-----
Consumo de energia elétrica no DF	var % mês/mês ant	EPE	-5,94%	-5,15%	1,67%	-1,92%	-3,36%	-----
Veículos licenciados no Brasil	var % mês/mês ant	Fenabreve	-5,21%	0,05%	7,68%	14,94%	21,95%	10,0%
Veículos licenciados no DF	var % mês/mês ant	Sincodiv/DF	-7,10%	-13,00%	7,00%	14,91%	13,78%	-----

Obs: 1. O IPCA do Brasil e de Brasília, os índices Fipe-Zap e o preço médio do imóvel referem-se aos meses seguintes aos indicados nas respectivas colunas;

2. Projeção constante do Boletim Focus divulgado em 17/9/18;

3. O índice refere-se à indústria geral.

PIB

De acordo com as projeções do Boletim Focus de 14 de setembro, divulgadas no dia 17, economistas de mais de 100 instituições financeiras

consultados pelo Banco Central mais uma vez reduziram a previsão de crescimento do PIB para 2018 de 1,49% (quatro semanas antes) para 1,36%.

No fim de julho, o BC reduziu sua projeção para o PIB em 2018, de 2,6% para 1,6%, e no fim de agosto o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informou que o PIB cresceu apenas 0,2% no segundo trimestre, em função dos efeitos da greve dos caminhoneiros ocorrida em maio, reforçando a leitura de perda de ritmo e recuperação ainda mais lenta da economia brasileira. Para o ano que vem, a expectativa do mercado para expansão da economia foi mantida em 2,50% pela 11ª semana.

Apenas para comparação, no Boletim Focus de 15/09/2017 (um ano atrás), a estimativa de variação do PIB era de +0,60% em 2017 e de + 2,20% em 2018. Em 1º de março, o IBGE divulgou que o PIB cresceu 1% em 2017.

Em 31 de agosto, o IBGE divulgou que no 2º trimestre de 2018 o PIB variou 0,2% frente ao 1º trimestre de 2018 na série com ajuste sazonal. Foi o sexto resultado positivo após oito variações negativas consecutivas nessa comparação. Serviços tiveram desempenho positivo de 0,3%, enquanto houve estabilidade na Agropecuária (variação nula) e queda de 0,6% na Indústria.

Na comparação com o 2º trimestre de 2017, o PIB cresceu 1,0%. Enquanto a Agropecuária decresceu 0,4%, a Indústria e os Serviços cresceram 1,2%.

IBC-BR

Em 17 de setembro, o Banco Central divulgou que o Índice de Atividade Econômica (IBC-Br) teve alta de 0,57% em julho ante junho, na série com ajuste sazonal, após avanço de 3,42% em junho (dado já revisado), em movimento de recuperação após a greve dos caminhoneiros.

O aumento ficou acima do intervalo projetado pelos analistas do mercado financeiro consultados por uma agência de notícias especializada, que esperavam resultado entre queda de 0,67% e avanço de 0,50% (mediana positiva de 0,10%).

Na comparação entre os meses de julho de 2018 e julho de 2017 houve alta de 2,56% na série sem ajustes sazonais, desempenho acima do apontado pela mediana (1,75%) de analistas do mercado financeiro ouvidos pela mesma agência de notícias (0,80% a 2,90% de intervalo). O patamar do índice é o melhor para meses de julho desde 2015.

IPCA

Em 6 de setembro, o IBGE divulgou que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerado a inflação oficial do país, teve variação negativa de 0,09%, abaixo do resultado de julho (0,33%). Foi a menor taxa para um mês de agosto desde 1998, quando o IPCA registrou variação negativa de 0,51%. Sem agosto de 1998, seria a menor variação para o índice desde o começo da série histórica iniciada no fim de 1979.

Os cerca de 13 milhões de desempregados e o alto nível de endividamento das famílias inibem o consumo e, segundo os especialistas, explicam a deflação verificada.

O acumulado no ano ficou em 2,85%, acima do 1,62% registrado em igual período de 2017, enquanto o acumulado dos últimos doze meses ficou em 4,19% (abaixo dos 4,48% dos 12 meses imediatamente anteriores). Em agosto de 2017, a taxa atingiu 0,19%.

Quanto ao comportamento do índice por região, a variação registrada do IPCA em Brasília foi negativa de 0,72%, inferior ao apurado no mês anterior (0,58%) e em agosto de 2017 (0,45%), sendo as variações acumuladas no ano e em 12 meses de 1,68% e 3,47%, respectivamente. Nos últimos 12 meses os grupos que registraram as maiores altas foram Vestuário (5,32%), Habitação (4,63%) e Saúde e Cuidados Pessoais (4,31%).

TAXA DE DESEMPREGO

A taxa de desocupação no trimestre de maio a julho de 2018 (12,3%) registrou queda de 0,6 ponto percentual em relação ao trimestre de fevereiro a

abril de 2018 (12,9%). Em relação ao mesmo trimestre de 2017 (12,8%), também houve redução (de 0,5 p.p.).

A população desocupada (12,9 milhões) caiu em relação ao trimestre anterior (13,4 milhões) e também quando comparada ao mesmo trimestre do ano anterior, quando havia 13,3 milhões de desocupados.

A população ocupada (91,7 milhões) cresceu 1,0% (mais 928 mil pessoas) em relação ao trimestre móvel anterior e em relação ao mesmo trimestre de 2017, quando foi estimada em 90,7 milhões. O nível da ocupação (53,9%) subiu em relação ao trimestre anterior (53,6%) e ficou estável em relação ao mesmo trimestre de 2017 (53,8%).

O número de empregados com carteira de trabalho assinada (33,0 milhões) ficou estável em ambas as comparações, enquanto o número de empregados sem carteira de trabalho assinada (11,1 milhões) ficou estável em relação ao trimestre anterior e subiu (mais 368 mil pessoas) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, assim como o número de trabalhadores por conta.

As informações da Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED-DF), realizada pela Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal, CODEPLAN, DIEESE, em parceria com a Fundação SEADE, mostraram que a taxa de desemprego total diminuiu de 19,2% da População Economicamente Ativa (PEA) em junho para 18,7% em julho. Em julho de 2017, a referida taxa era de 19,5%.

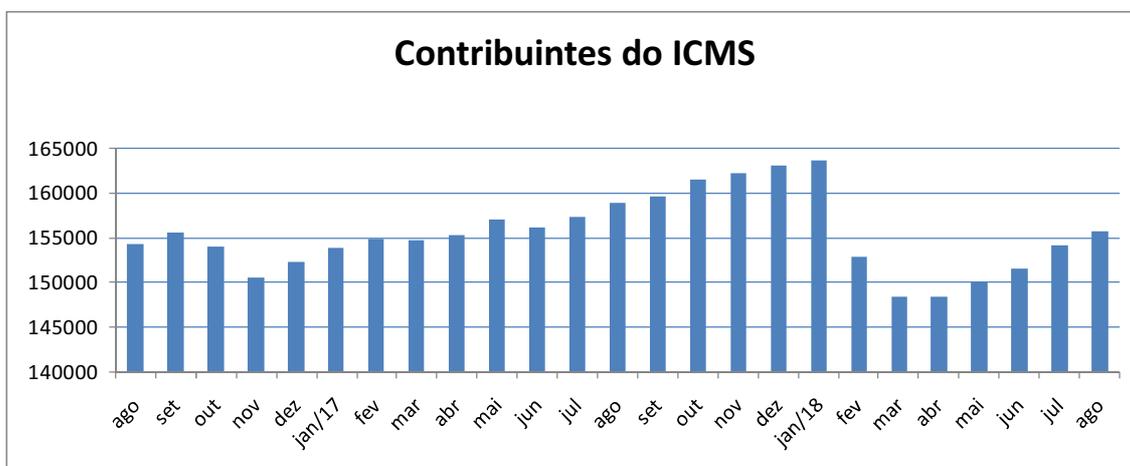
No mês de julho, o contingente de desempregados foi estimado em 308 mil pessoas, 12 mil pessoas a menos que no mês anterior. O contingente de ocupados foi estimado em 1.338 mil pessoas, 7 mil a mais em relação ao mês anterior, sendo esse resultado decorrente do acréscimo nos Serviços (+11 mil) e da redução na Indústria de Transformação (-3 mil), na Construção (-1 mil) e no Comércio (-1 mil). A ocupação na Administração Pública, por sua vez, aumentou (+13 mil).

ARRECAÇÃO DO ICMS

A receita do ICMS registrou no mês de agosto de 2018 ingressos de R\$ 666,7 milhões em valores correntes. No comparativo com correspondente mês do ano anterior, apuraram-se acréscimos nominal de 7,5% e real de 3,8%.

Quanto ao resultado acumulado, a arrecadação do ICMS no período de janeiro a agosto de 2018 correspondeu a R\$ 5.198,4 milhões. Na comparação com o mesmo período de 2017, houve acréscimo nominal de 5,4% e aumento real de 2,9%. Ambas as comparações, mensal e acumulada, adotaram como índice de correção monetária o INPC/IBGE.

Em agosto de 2018, no Cadastro Fiscal do Distrito Federal havia 155.813 pessoas jurídicas ativas cadastradas no ICMS, segundo dados divulgados pela CCALT/SUREC. Observa-se evolução no número de inscrições no ICMS a partir de abril de 2018, conforme ilustração abaixo.



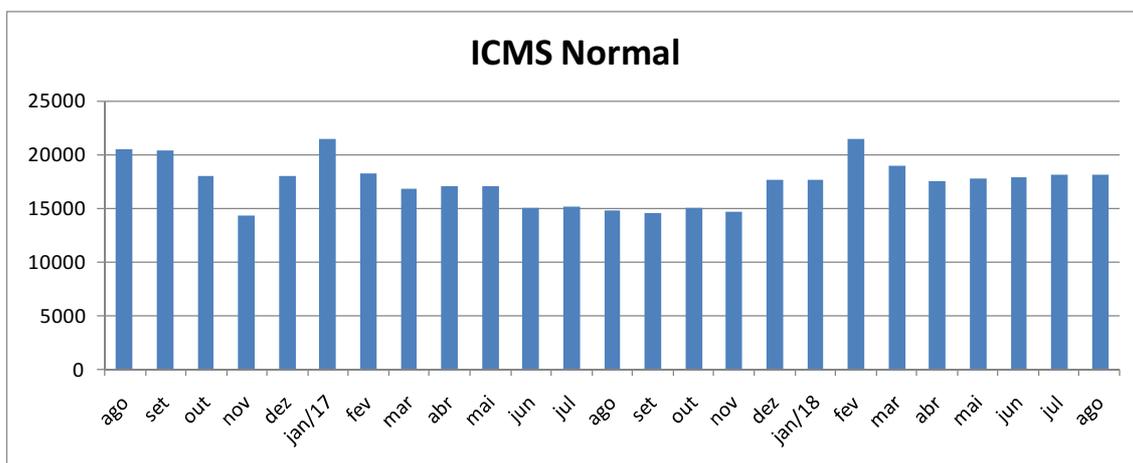
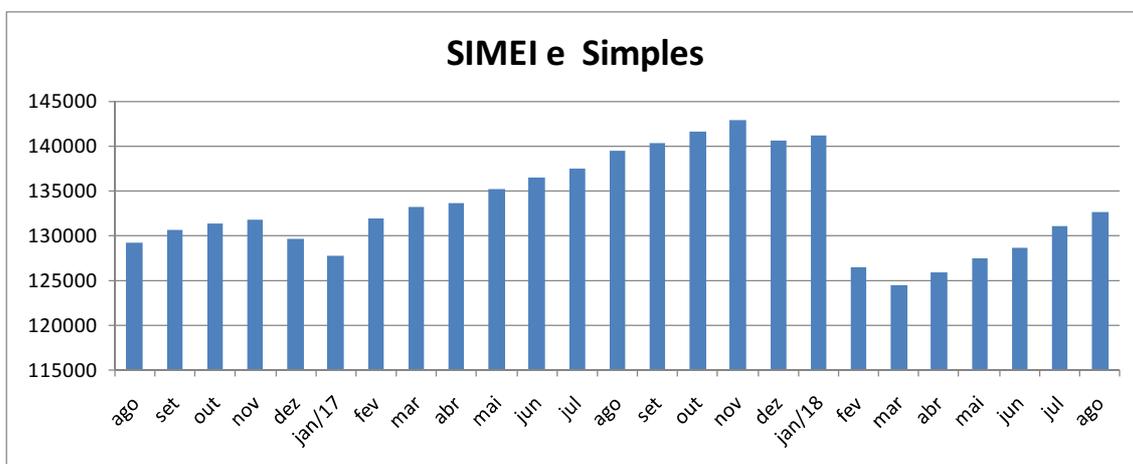
Do total de inscritos, 85,1% estão enquadrados nos regimes simplificados do Simples Nacional e do SIMEI, com 46.002 e 86.665 contribuintes, respectivamente.

Em relação à localidade dos contribuintes, as agências de atendimento da receita de Taguatinga e de Brasília permanecem como aquelas que possuem o maior número de contribuintes do ICMS a elas vinculados, agregando em conjunto 44,2% do total de contribuintes desse imposto.

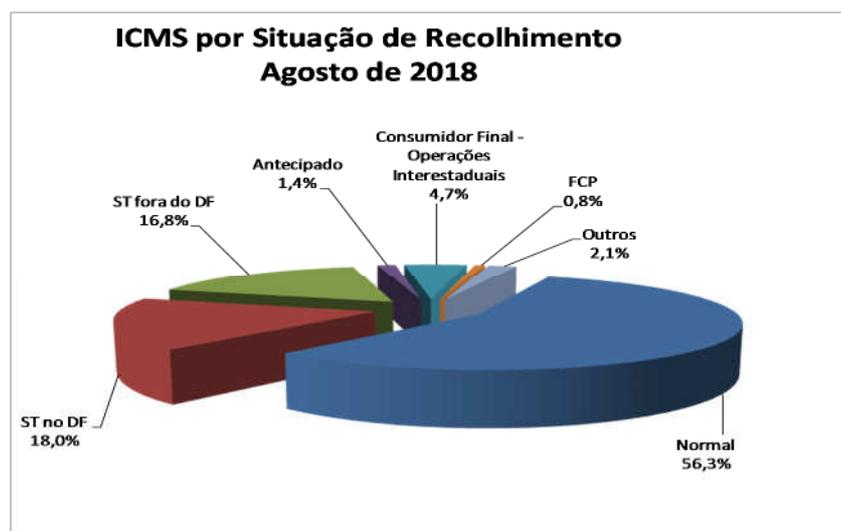
AGOSTO DE 2018		AGÊNCIAS DE ATENDIMENTO DA RECEITA										
NOME DO REGÍME DO ICMS		AGBAN	AGBRA	AGCEI	AGEMP	AGGAM	AGPLA	AGSIA	AGSOR	AGTAG	PBRAZ	TOTAL
1) Reg. Especial Prod. Origem Animal		1	2	4	10	6	3		1			28
2) Regime Normal de Apuração		659	4.117	1.660	1.869	1.545	601	2.585	742	4.131	191	18.100
3) PRO-DF Logístico					3							3
4) Regime Especial de Refeições		5	213	6	108	6	4	56	1	56	1	456
5) Reg. Especial-Varejista Mat. Construção			2	2	10		1		1	5		26
6) Revendedor Porta-a-Porta					24							24
7) SIMEI - Microempreendedor Individual		5.105	15.576	12.264	73	12.460	5.153	7.942	5.423	20.978	1.764	86.665
8) Simples Nacional - outras modalidades		2.191	11.374	4.695	7	4.571	1.967	5.834	2.268	12.366	663	46.002
9) Substituto Tributário-OUTRA UF					1.033							1.033
10) Telecomunicações-Centralizada					66							66
11) Telecomunicações- Centralizadora					7							7
12) Outra UF (E-Commerce)		7	14	9	3.354	5		2		5		3.396
13) Crédito Presumido-Serv Transporte					2		1	3		1		7
TOTAL		7.968	31.298	18.640	6.559	18.593	7.730	16.427	8.436	37.542	2.620	155.813
PARTICIPAÇÃO		5,11%	20,09%	11,96%	4,21%	11,93%	4,96%	10,54%	5,41%	24,09%	1,68%	100,00%
aumento mês atual sobre o mês anterior		1,31%	0,84%	1,23%	0,41%	1,07%	1,36%	0,74%	1,22%	1,21%	1,20%	1,05%

No mês de agosto de 2018, houve acréscimos no número de contribuintes em praticamente todos os regimes de tributação, com destaque para os acréscimos observados no SIMEI e no Simples Nacional, resultando em aumento de 1.621 contribuintes no número total de contribuintes do ICMS.

As figuras abaixo ilustram a evolução do número de contribuintes no ICMS Normal e SIMEI e Simples a partir de agosto de 2016. Observa-se uma nítida tendência de crescimento no número de contribuintes do SIMEI e Simples Nacional a partir de março de 2018. Quanto ao Regime Normal, o número de contribuintes tem se mantido estável a partir de abril de 2018.



Em relação à composição do ICMS por situação de recolhimento em agosto de 2018, constata-se que a maior participação no total da receita do imposto continua sendo do Regime Normal, com 56,3%, seguido da Substituição Tributária fora e dentro do DF, com 16,8% e 18,0% respectivamente, perfazendo no conjunto 91,1% da receita total do imposto.



A tabela abaixo apresenta a arrecadação real do ICMS para o mês de agosto de 2018, bem como para o acumulado do ano, por modalidade de recolhimento.

ICMS: ARRECADAÇÃO POR ORIGEM DE RECOLHIMENTO ¹							
ITEM	Valores Reais (em R\$ mil)				variação real (em %)		Composição da arrecadação (ago/18)
	ago/18	jan-ago/2018	ago/17	jan-ago/2017	ago/18	jan-ago/2018	
					ago/17	jan-ago/2017	
Normal	375.460	2.992.169	366.106	2.979.784	2,6%	0,4%	56,3%
ST no DF	120.060	684.703	89.165	714.194	34,6%	-4,1%	18,0%
ST fora do DF	111.825	1.126.143	142.154	1.104.095	-21,3%	2,0%	16,8%
Antecipado	9.145	60.178	6.514	56.876	40,4%	5,8%	1,4%
Consumidor Final - Operações Interestaduais	31.243	258.012	20.196	150.027	54,7%	72,0%	4,7%
FCP	5.058	40.350	4.688	40.210	7,9%	0,3%	0,8%
Outros	13.958	110.142	13.744	76.796	1,6%	43,4%	2,1%
Total da Arrecadação	666.749	5.271.696	642.566	5.121.983	3,8%	2,9%	100,0%

Fonte: Dados SIGGO e SIGEST contabilizado para FCP e Consumidor Final - Operações Interestaduais

Notas: 1. Apuração com base no INPC/IBGE.

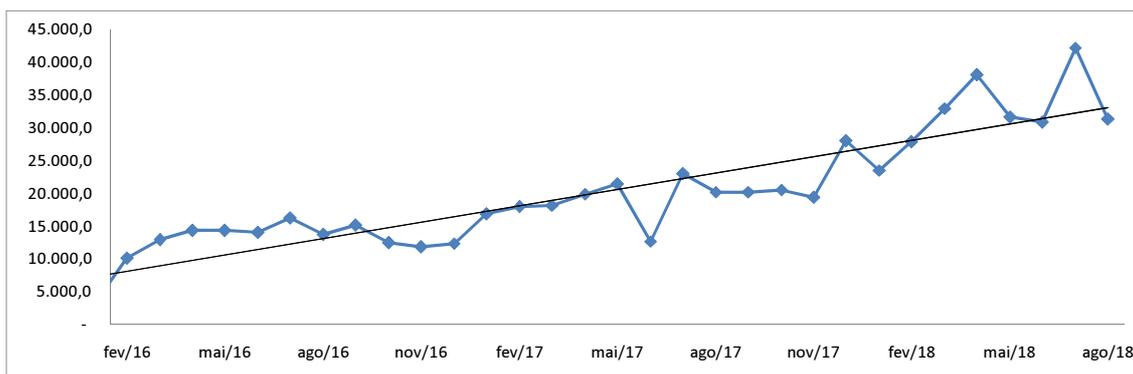
2. FCP - Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

3. Outros = importação, auto de infração, LC 52/97, incentivado, energia elétrica, transporte e comunicação.

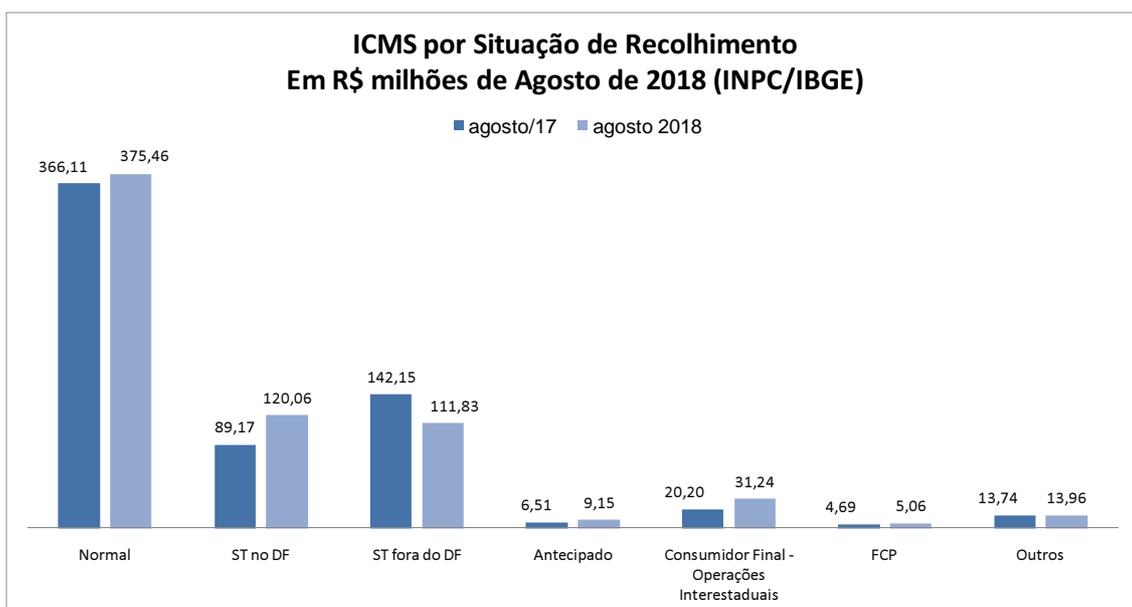
Delineando o acréscimo real de R\$ 24,2 milhões na receita total do ICMS em agosto de 2018 na comparação com o correspondente mês de 2017 pelos principais itens de receita do tributo, verifica-se que esse resultado se deve principalmente aos aumentos observados nas modalidades de recolhimento Substituição Tributária dentro do DF (+R\$ 30,9 milhões), Consumidor Final – Operações Interestaduais (+R\$ 11,0 milhões) e Normal (+R\$ 9,4 milhões), que suplantaram a queda observada na Substituição Tributária fora do DF (-R\$ 30,3 milhões).

O gráfico seguinte apresenta o desempenho do ICMS referente à modalidade Consumidor Final – Operações Interestaduais. Essa modalidade advém em grande parte do comércio eletrônico, cuja arrecadação começou a partir de janeiro de 2016, após a aprovação da Emenda Constitucional nº 87/2015, que estabeleceu o diferencial de alíquota entre o Estado destinatário (alíquota interna) e o remetente (alíquota interestadual), para bens e serviços destinados a consumidor final, contribuinte ou não do ICMS, além de acrescentar o art.99 do ADCT da CF ao instituir que o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual será partilhado entre os Estados de destino e de origem, na seguinte proporção: para o ano de 2015, 20% para o Estado de destino e 80% para o Estado de origem; para o ano de 2016, 40% para o Estado de destino e 60% para o Estado de origem; para o ano de 2017, 60% para o Estado de destino e 40% para o Estado de origem; para o ano de 2018, 80% para o Estado de destino e 20% Estado de origem; a partir do ano de 2019, 100% para o Estado de destino. Portanto, espera-se uma arrecadação ascendente até 2019, estabilizando-se a partir desse ano.

Em análise ao gráfico, verifica-se linha de tendência ascendente desde a implantação da modalidade em 2016, sendo que a partir de fevereiro de 2018, registrou-se arrecadação da modalidade acima da linha de tendência, com picos nos meses de abril e julho.

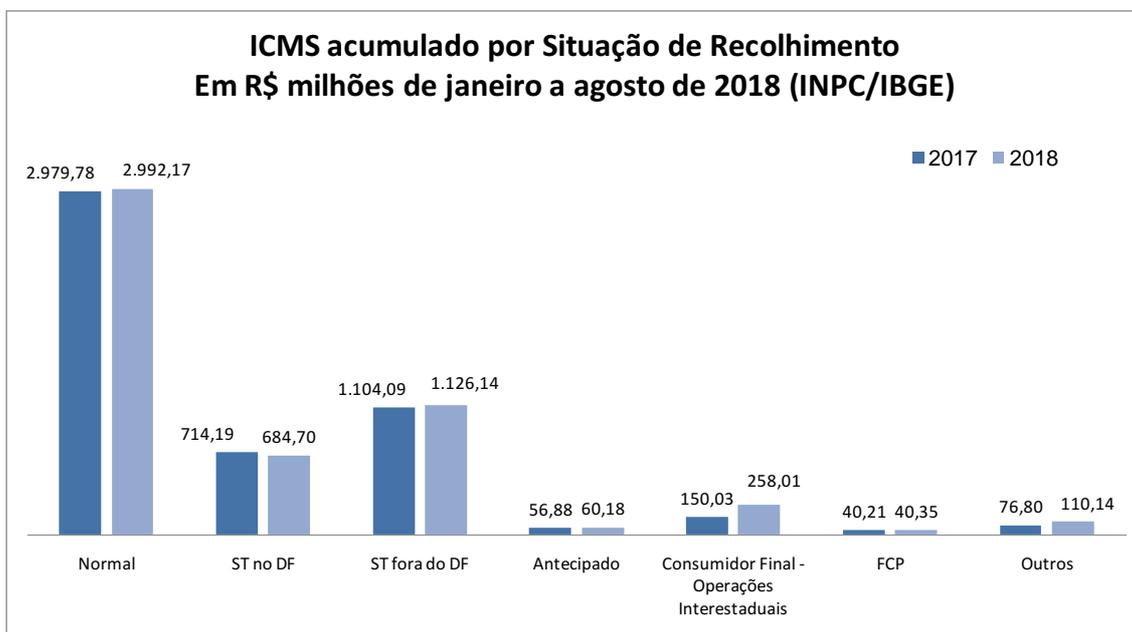


A figura abaixo ilustra a comparação da arrecadação do ICMS por modalidade de recolhimento no mês de agosto de 2018 com igual mês de 2017.

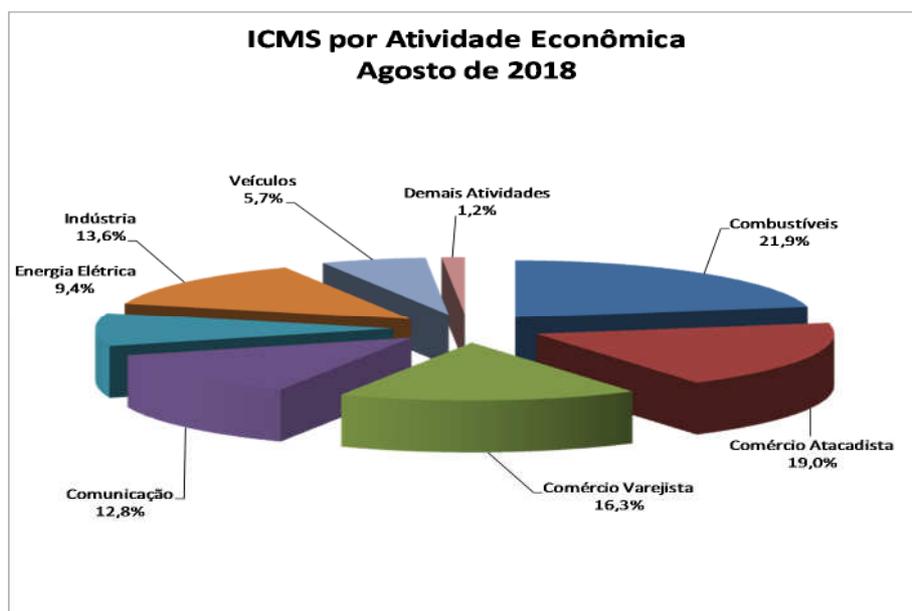


Quanto à análise acumulada referente ao período de janeiro a agosto de 2018, registrou-se aumento real do ICMS de R\$ 149,7 milhões, na comparação com correspondente período de 2017. Os destaques positivos foram observados nas modalidades de Consumidor Final - Operações Interestaduais (+R\$ 108,0 milhões), Substituição Tributária fora do DF (+R\$ 22,0 milhões) e Normal (+R\$ 12,4 milhões). Por outro lado, o destaque negativo ficou com o

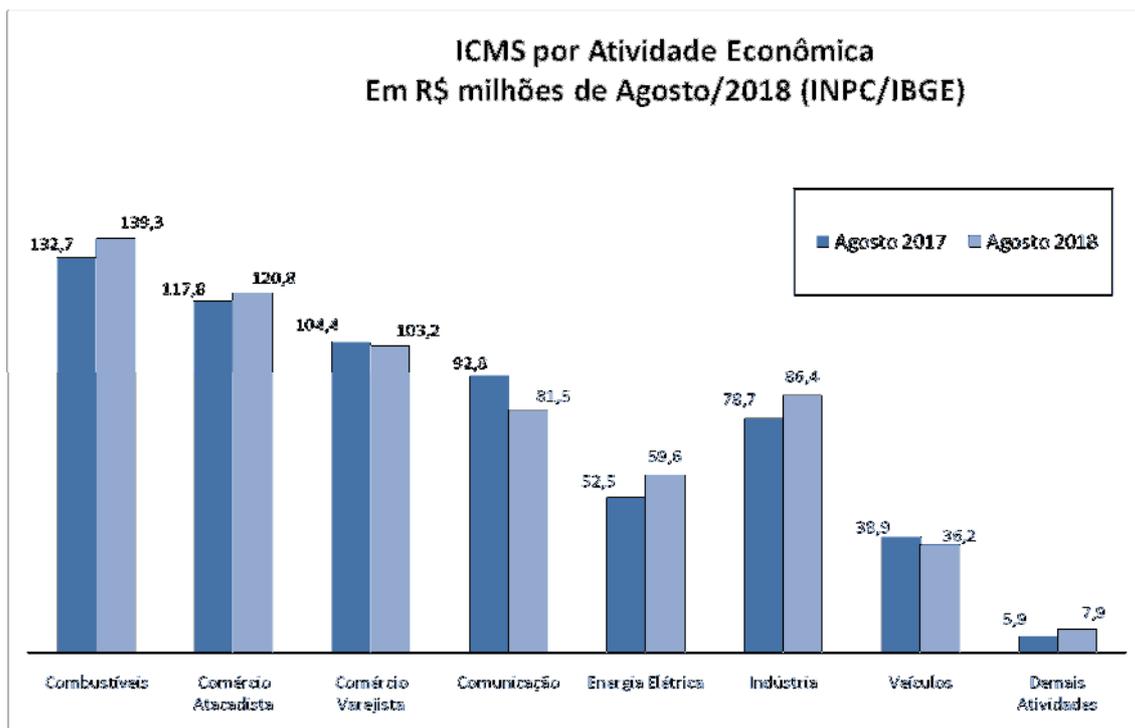
desempenho da Substituição Tributária no DF (-R\$ 29,5 milhões). A figura seguinte ilustra a referida comparação acumulada.



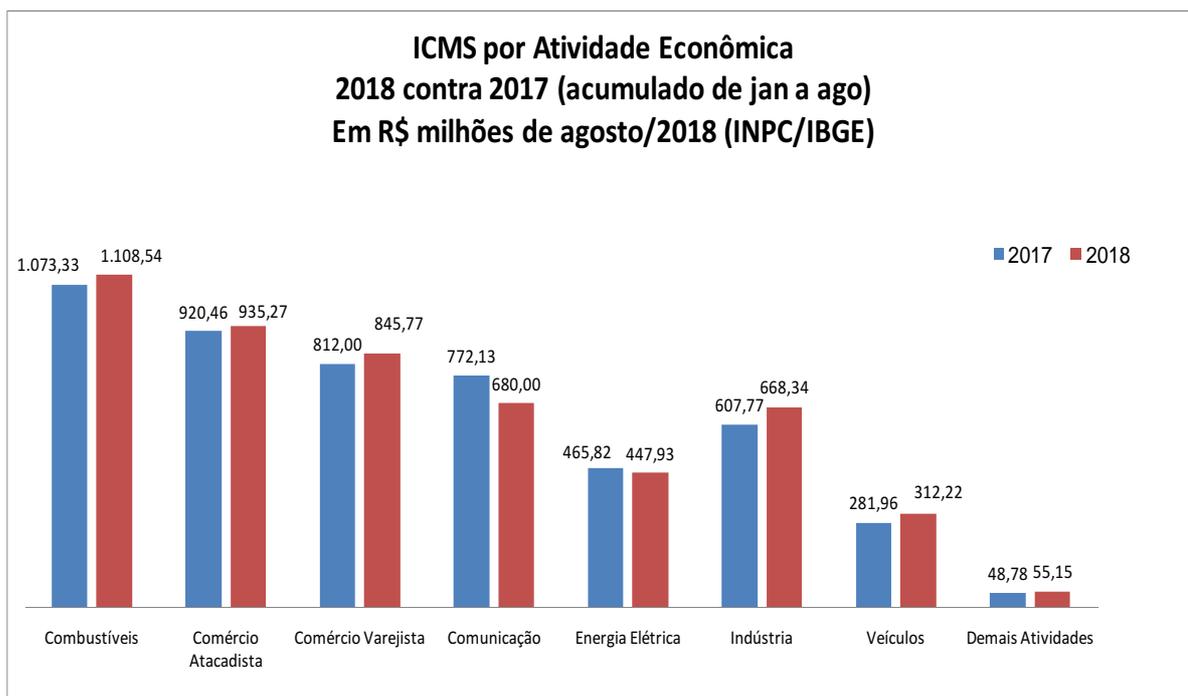
No corte do total do ICMS pelas principais atividades econômicas em agosto de 2018, observa-se que os setores mais representativos foram Combustíveis com participação de 21,9%, seguido pelo Comércio Atacadista, Comércio Varejista e Indústria, com 19,0%, 16,3% e 13,6%, de participação, respectivamente.



Na avaliação do desempenho real positivo da receita de agosto de 2018 frente a correspondente mês de 2017, tiveram destaque os aumentos observados nos segmentos da Indústria (+R\$ 7,7 milhões), Energia Elétrica (+R\$ 7,1 milhões) e Combustíveis (+R\$ 6,6 milhões), que suplantaram as perdas observadas nos segmentos de Comunicação (-R\$ 11,3 milhões) e Veículos (-R\$ 2,7 milhões).



Quanto ao desempenho acumulado no período de janeiro a agosto de 2018 em relação a igual período de 2017, os desempenhos positivos ocorreram nos segmentos da Indústria (+R\$ 60,6 milhões), Combustíveis (+R\$ 35,2 milhões), Comércio Varejista (+R\$ 33,8 milhões), Veículos (+R\$ 30,3 milhões), Comércio Atacadista (+R\$ 14,8 milhões) e Demais Atividades (+R\$ 6,4 milhões). Por outro lado, ocorreram perdas reais em Comunicação (-R\$ 92,1 milhões) e Energia Elétrica (-R\$ 17,9 milhões). A figura seguinte ilustra a comparação acumulada.



A tabela abaixo resume a arrecadação do ICMS por atividade econômica, apresentando-as em valores reais para os meses de agosto de 2018 e de 2017, bem como em relação ao acumulado para o período de janeiro a agosto de 2018 em relação a igual período de 2017 e a composição da arrecadação em agosto de 2018.

ICMS: ARRECAÇÃO POR ATIVIDADES SELECIONADAS							
ITEM	Valores Reais ¹ (em R\$ mil)				variação real (em %)		Composição da arrecadação (ago/2018)
	ago/18	jan-ago/2018	ago/17	jan-ago/2017	ago/18	jan-ago/2018	
					ago/17	jan-ago/2017	
Combustíveis	139.313	1.108.540	132.674	1.073.329	5,0%	3,3%	21,9%
Comércio Atacadista	120.762	935.271	117.769	920.461	2,5%	1,6%	19,0%
Comércio Varejista	103.238	845.767	104.431	811.999	-1,1%	4,2%	16,3%
Comunicação	81.458	680.004	92.757	772.132	-12,2%	-11,9%	12,8%
Energia Elétrica	59.634	447.929	52.487	465.817	13,6%	-3,8%	9,4%
Indústria	86.365	668.336	78.695	607.773	9,7%	10,0%	13,6%
Veículos	36.203	312.223	38.945	281.956	-7,0%	10,7%	5,7%
Demais Atividades	7.918	55.153	5.887	48.784	34,5%	13,1%	1,2%
TOTAL	634.891	5.053.222	623.645	4.982.252	1,8%	1,4%	100,0%

Fonte: Dados SIGGO e SIGEST contabilizado para FCP e Consumidor Final - Operações Interestaduais

Notas: 1. Apuração com base no INPC/IBGE.

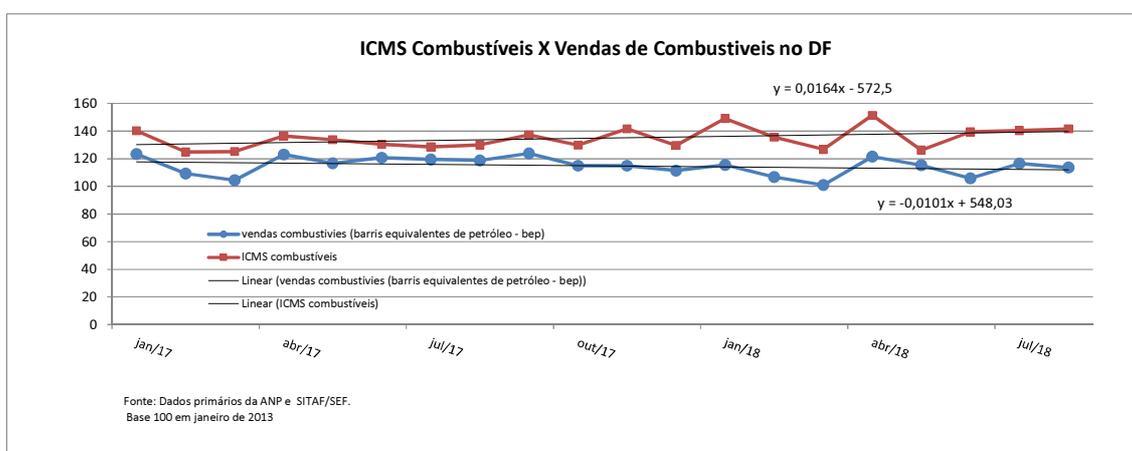
2. FCP - Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

3. Outros = importação, auto de infração, LC 52/97, incentivado, energia elétrica, transporte e comunicação.

DESEMPENHO DA ARRECADAÇÃO PERANTE O CENÁRIO ECONÔMICO

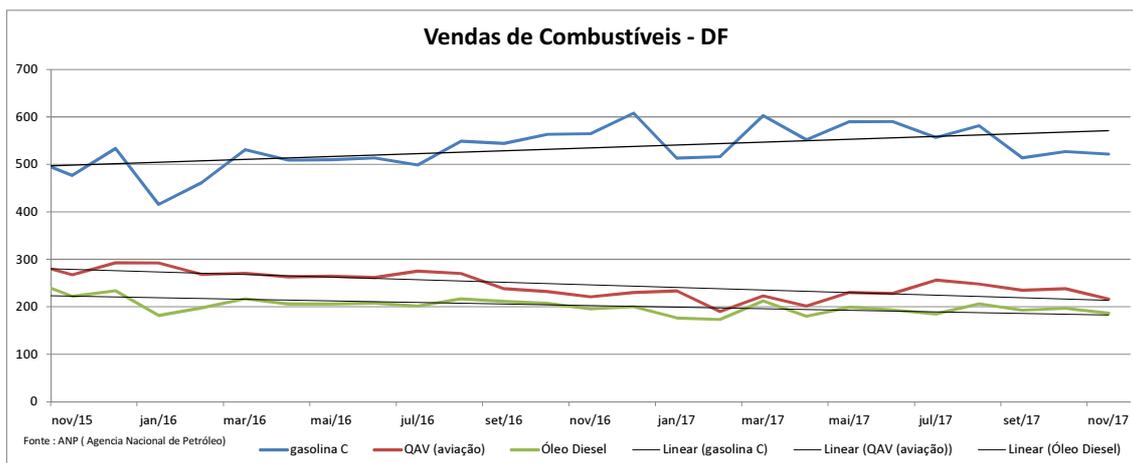
COMBUSTÍVEIS

Para a avaliação do segmento de combustíveis no Distrito Federal, tomaram-se como base as vendas de derivados de petróleo pelas distribuidoras até julho, fato gerador da arrecadação do ICMS de agosto, conforme publicação da Agência Nacional do Petróleo – ANP.



Assim foram construídos números-índice das séries de ICMS combustíveis e venda de combustíveis totais. De acordo com o gráfico estampado acima, depreende-se que para o mês de agosto de 2018 frente ao mês precedente, houve suave expansão nos recolhimentos do ICMS combustíveis, ao passo que registraram-se quedas nas vendas de combustíveis. Analogamente, a linha de tendência da curva de recolhimentos de combustíveis apresenta inclinação ligeiramente positiva, enquanto que a de vendas, suave declínio.

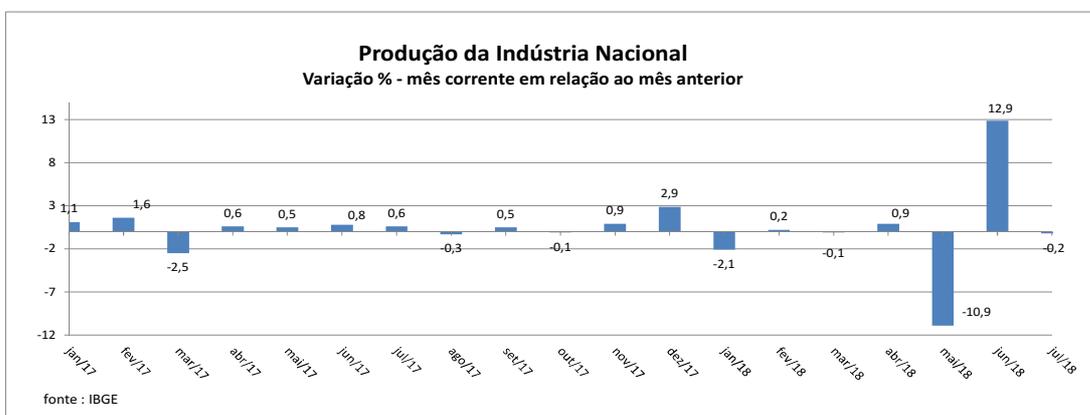
Cumprе ressaltar o aumento nas vendas de etanol hidratado. Nos seis primeiros meses de 2018, computou-se aumento de 242,2% superior ao consumo verificado no mesmo período de 2017 (32.710m³ x 9.560m³). Houve também significativa expansão de vendas de querosene de aviação a partir de junho de 2018, conforme ilustrado no gráfico seguinte.



Analisando a arrecadação de ICMS do setor de combustíveis no Distrito Federal, conforme tabela anterior, houve acréscimo real de 5,0% na arrecadação do mês de agosto de 2018 em comparação com o mesmo período de 2017. Quanto ao desempenho acumulado para o período de janeiro a agosto de 2018 em relação a igual período de 2017, houve aumento real de 3,3%.

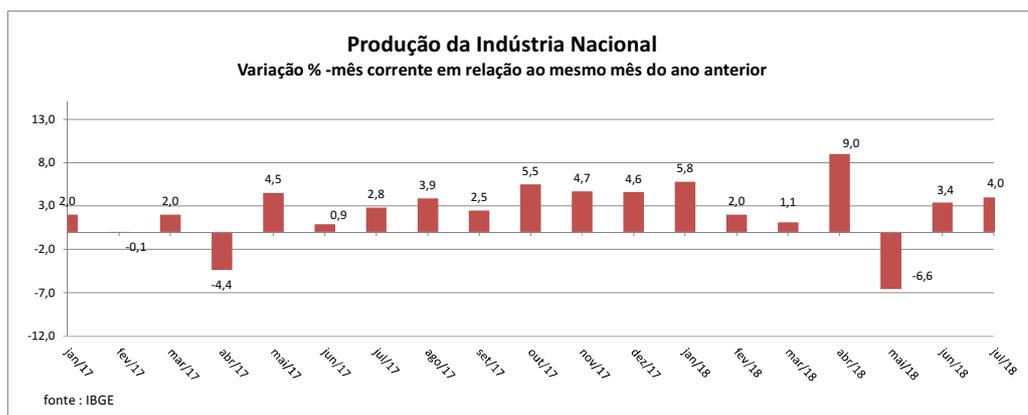
INDÚSTRIA

Após os desníveis observados nos dados nos meses de maio e junho em função da “greve dos caminhoneiros”, a produção industrial em julho apresentou acomodação do indicador produção física nacional. Os dados referentes a julho registraram queda de 0,2% frente ao mês antecedente, na série livre de sazonalidade. Tal depressão se deu de forma mais intensa no segmento de bens de capital (veículos e máquinas), com declínio de 6,2%.



Em que pese o fraco desempenho de julho, o resultado veio melhor que o esperado pelos analistas (Pesquisa Broadcast), que esperavam retração de 1,5% para mediana deste indicador.

Na comparação com julho de 2017, contudo, a indústria cresceu 4%. No ano de 2018 registrou-se expansão de 2,5%.



Segundo o IBGE, a conjuntura permanece desfavorável para o setor, em um cenário de redução do nível de confiança do consumidor, que afeta as decisões de consumo e investimentos; com mercado de trabalho com forte desemprego e exportações com perda de fôlego, especialmente por causa da crise argentina. Ainda de acordo com o Instituto a capacidade instalada opera atualmente 14,1% abaixo do pico de maio de 2011, patamar correspondente ao observado em maio de 2009.

Vale ressaltar que a conjuntura supramencionada referem-se ao desempenho da indústria em âmbito nacional, servido de orientação para a análise da atividade econômica local e respectivo desempenho industrial.

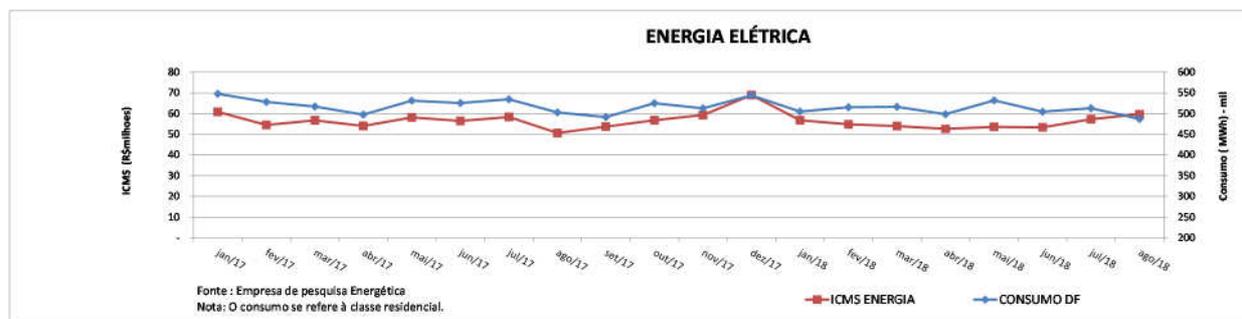
Quanto à arrecadação de ICMS do setor de indústria no Distrito Federal, conforme tabela anterior, houve acréscimo real de 9,7% na arrecadação do mês de agosto de 2018 em comparação com o mesmo período de 2017. Quanto ao desempenho acumulado para o período de janeiro a agosto de 2018 em relação a igual período de 2017, houve aumento real de 10,0%.

ENERGIA ELÉTRICA

Na Resenha Mensal do Mercado de Energia Elétrica, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) relatou que o consumo de energia elétrica na rede totalizou 37.894 GWh em julho, volume 1,4% maior que o registrado em julho de 2017. Com exceção da Região Norte, na qual se observou queda de 7,6%, em todas as demais houve aumento no consumo, tendo ocorrido a maior alta no Centro-Oeste (+3,2%), onde se verificaram altas de 7,0% na classe Residencial e de 1,5% na classe Comercial. Nessa última classe, porém, houve queda no consumo de eletricidade apenas no Distrito Federal (-2,9%).

Conforme informação enviada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Energéticos da Empresa de Pesquisa Energética, o consumo de eletricidade em julho no Distrito Federal totalizou 486.942 MWh, queda mensal de 5,1% em relação ao mês precedente. Do consumo aferido, 434,768 MWh, ou seja, 90,4% foram fornecidos no mercado cativo (rede da distribuidora), 1,0% abaixo do verificado em julho do ano passado.

O gráfico abaixo apresenta a evolução de consumo de energia elétrica e de arrecadação do ICMS do setor, a partir de julho de 2016.



No que tange ao desempenho da arrecadação do ICMS para o setor, na comparação de agosto de 2018 com igual mês de 2017, contabilizou-se expansão real de 13,6%, porém no desempenho acumulado para o período de janeiro a agosto de 2018 em relação a igual período de 2017, registrou-se decréscimo real de 3,8%.

VEÍCULOS

De acordo com a associação de concessionárias (Fenabreve), os licenciamentos de carros, comerciais leves, caminhões e ônibus novos no Brasil em julho somaram 217,5 mil unidades, crescimento de 17,7% sobre igual mês do ano antecedente, e alta de 7,7% na comparação com junho do ano corrente, quando 201.987 unidades foram vendidas. Com isso, as vendas de janeiro a julho acumularam alta de cerca de 15% na comparação anual, para 1,4 milhão de veículos, segundo os dados da entidade.

Entre os veículos automotores, o segmento que mais cresceu nas vendas nos primeiros sete meses de 2018 foi o de caminhões, registrando alta de 50,1% frente a igual período de 2017.

No Distrito Federal, o Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos do Distrito Federal (Sincodiv-DF) informou que em julho foram vendidas 6.004 unidades, alta de 7,0% ante as 5.611 comercializadas no mês anterior e de 12,1% em relação às 5.355 unidades vendidas em julho de 2017.

Quanto à arrecadação do ICMS Veículos no Distrito Federal, o resultado do mês de julho de 2018 foi de decréscimo real de 7,0% na comparação com o mesmo mês em 2017. Quanto ao desempenho acumulado para o período de janeiro a julho de 2018 em relação a igual período de 2017, registrou-se aumento real de 10,7%.

VENDAS NO VAREJO

De acordo com a Pesquisa Mensal de Comércio divulgada pelo IBGE, o volume de vendas do comércio varejista nacional caiu 0,5% na passagem de junho para julho de 2018, na série livre de influências sazonais, mostrando declínio pelo terceiro mês consecutivo, acumulando perda de 2,3% nesse período, quando foi deflagrada a paralização dos caminhoneiros. Entretanto, continua havendo alta no resultado acumulado de 2018 (2,3%) e dos últimos 12 meses (3,2%), embora este último tenha advindo do registro anterior de 3,6%.

Em relação a julho de 2017 (sem ajuste sazonal) as vendas recuaram 1,0%, interrompendo sequência de 15 taxas positivas seguidas e com cinco das oito atividades registrando queda.

Na avaliação do varejo ampliado, que abarca os segmentos de construção e de veículos e peças, contabilizou-se retração de 0,4%, após expansão de 2,5% registrada no mês anterior, com perdas para os segmentos mencionados de 0,8% e 2,7%, respectivamente. Frente a julho de 2017, as vendas avançaram 3,0%, 15ª taxa positiva consecutiva. O acumulado nos últimos doze meses passou de 6,7% em junho para 6,5% até julho, sinalizando perda de ritmo nas vendas.

Quanto ao corte estadual, frente a julho de 2017, as vendas do comércio varejista nacional recuaram em 16 das 27 Unidades da Federação. Na publicação do IBGE, o Distrito Federal registrou as segundas maiores quedas frente ao mesmo mês de 2017 (-6,0%) e nos últimos 12 meses (-3,8%), no comércio varejista restrito, enquanto no comércio varejista ampliado, registrou a segunda maior queda frente ao mesmo mês de 2017 (-4,0%), a única queda no acumulado dos sete primeiros meses do ano (-3,1%) e o 2º pior desempenho nos últimos 12 meses (0,28%), à frente apenas do Estado de Goiás (-3,2%).

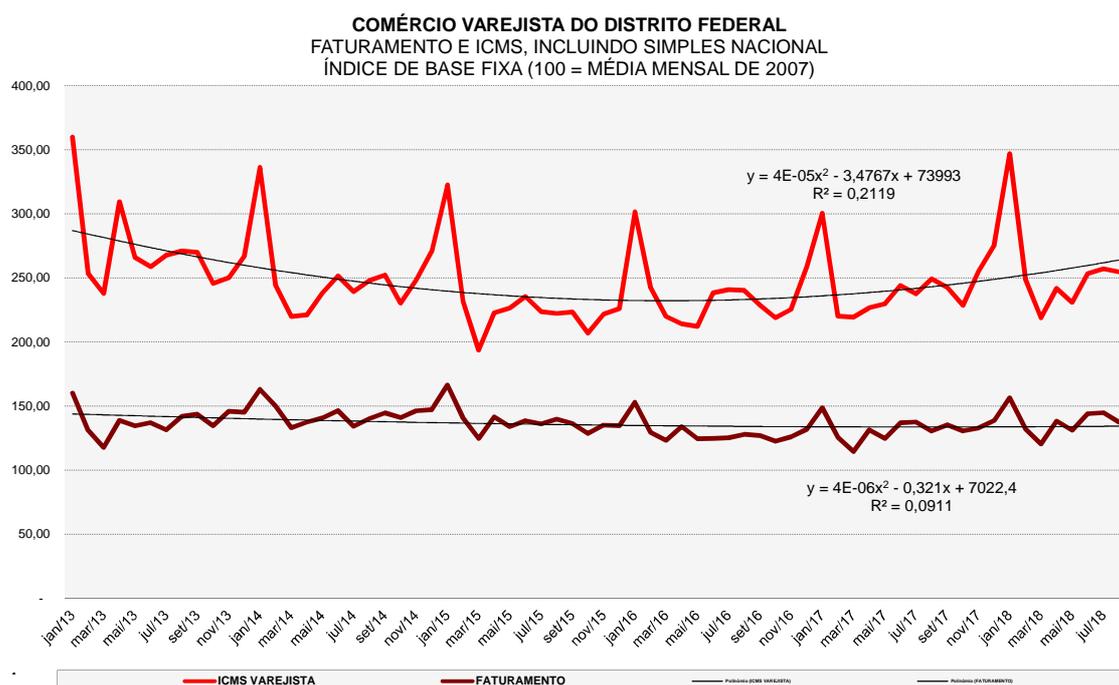
No tocante ao Distrito Federal, houve involuções em todos os períodos abordados: de 6,0% em julho frente a junho de 2017, de 2,9% acumulado de 2018 ante 2017, e de 3,8% nos últimos 12 meses.

As variações mais expressivas registradas no DF no volume de vendas frente a julho de 2017 foram, do lado positivo, “Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação” (32,7%) e “Combustíveis e lubrificantes” (19,1%), enquanto “Livros, jornais, revistas e papelaria” (-31,4%), “Tecidos, vestuário e calçados” (-11,1%) e “Móveis e eletrodomésticos” (-10,9%) figuraram do lado negativo.

Quanto à arrecadação do ICMS do Comércio Varejista no Distrito Federal, o resultado do mês de agosto de 2018 foi de decréscimo real de 1,1% na comparação com o mesmo mês em 2017. Quanto ao desempenho

acumulado para o período de janeiro a agosto de 2018 em relação a igual período de 2017, registrou-se aumento real de 4,2%.

Conforme gráfico seguinte, a curva de arrecadação do ICMS varejista no Distrito Federal apresentou ligeiro recuo em agosto de 2018 em relação ao mês anterior, permanecendo abaixo da linha de tendência, diferentemente do ocorrido nos anos anteriores.



ICMS BRASIL

A arrecadação acumulada do ICMS em nível nacional até julho, incluindo dívida ativa, multas e juros e simples nacional, apresentou aumento real de 4,8% em 2018 frente a 2017. Nessa mesma comparação, o Distrito Federal apresentou acréscimo de 3,0%, ocupando a 21ª posição no ranking dos melhores desempenhos dentre as 27 Unidades Federadas, conforme tabela seguinte. Em termos regionais, o DF ocupou a última posição.

ICMS BRASIL ATÉ JULHO - VALORES EM R\$ MILHÕES (INPC/IBGE)

UF	ESTADO	2017	2018	Variação (em %)	
1	AM	Amazonas	4.703,68	5.414,04	15,10%
2	PI	Piauí	2.185,04	2.451,87	12,21%
3	TO	Tocantins	1.455,70	1.629,59	11,95%
4	MS	Mato Grosso do Sul	5.022,50	5.537,13	10,25%
5	MT	Mato Grosso	6.187,90	6.806,47	10,00%
6	AL	Alagoas	2.131,98	2.307,19	8,22%
7	ES	Espírito Santo	5.430,49	5.862,76	7,96%
8	RJ	Rio de Janeiro	19.401,85	20.902,15	7,73%
9	PE	Pernambuco	8.440,03	9.069,81	7,46%
10	AC	Acre	665,58	709,80	6,64%
11	RN	Rio Grande do Norte	3.065,07	3.253,62	6,15%
12	SC	Santa Catarina	11.496,49	12.186,79	6,00%
13	MG	Minas Gerais	26.311,53	27.786,43	5,61%
14	MA	Maranhão	3.625,62	3.824,28	5,48%
15	SP	São Paulo	77.119,26	81.276,73	5,39%
16	RR	Roraima	469,44	494,50	5,34%
17	RO	Rondônia	1.952,48	2.046,02	4,79%
18	AP	Amapá	455,85	477,24	4,69%
19	BA	Bahia	12.353,64	12.864,22	4,13%
20	GO	Goiás	8.720,44	8.986,83	3,05%
21	DF	Distrito Federal	4.678,87	4.820,36	3,02%
22	CE	Ceará	6.547,34	6.686,36	2,12%
23	PB	Paraíba	3.068,12	3.128,67	1,97%
24	PA	Pará	6.016,70	6.098,50	1,36%
25	RS	Rio Grande do Sul	19.128,29	19.282,82	0,81%
26	SE	Sergipe	1.908,83	1.906,16	-0,14%
27	PR	Paraná	18.148,43	17.331,49	-4,50%
	BRASIL	260.691,1	273.141,8	4,78%	

Fonte: SEF-DF e COTEPE/CONFAZ/MF.

Nota: Os valores não informados pelos Estados de AC, AM, PR, SC e MT foram substituídos por médias aritméticas simples.

ARRECAÇÃO DO REGIME SIMPLIFICADO

Os ingressos provenientes do Simples Nacional, em agosto de 2018, totalizaram R\$ 32,7 milhões, que representa queda de 12,2% em relação ao mês precedente. Nesse período, houve decréscimos tanto para o ICMS quanto para o ISS, de 11,5% e 13,0% respectivamente. Quanto ao número de contribuintes, observou-se aumento para o ICMS de 1,2% e para o ISS de 1,6%.

ARRECAÇÃO SIMPLES NACIONAL - ÚLTIMOS 6 MESES						
Mês/Ano		ICMS		ISS		Total da Arrecadação (em R\$)
		Valor (em R\$)	Nº de Contribuintes	Valor (em R\$)	Nº de Contribuintes	
março	2018	16.989.183,45	124.484	13.384.102,48	127.184	30.373.285,93
abril	2018	17.020.025,91	125.960	14.107.786,88	129.021	31.127.812,79
maio	2018	16.422.126,20	127.488	14.217.123,00	131.065	30.639.249,20
junho	2018	15.578.657,00	128.715	12.838.785,85	132.703	28.417.442,85
julho	2018	20.240.071,34	131.075	17.002.574,16	135.622	37.242.645,50
agosto	2018	17.903.631,64	132.667	14.792.684,73	137.748	32.696.316,37

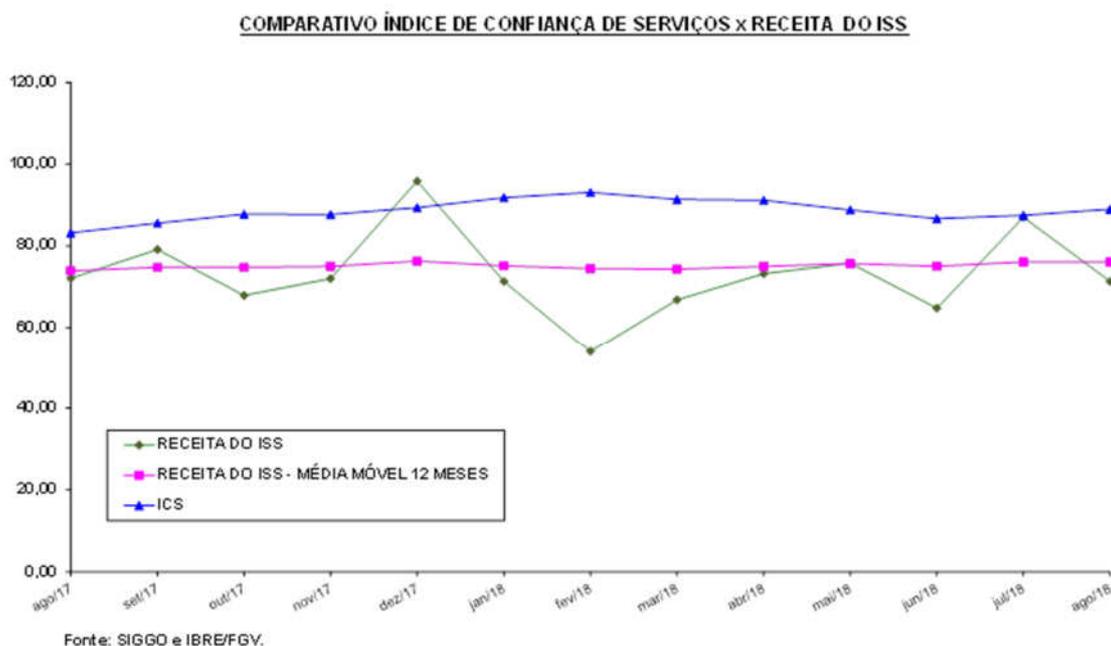
Nota: Nº de contribuintes inclui SIMEI.

ARRECAÇÃO DO ISS

No mês de agosto de 2018, a receita do Imposto Sobre Serviços (ISS) contabilizou o montante de R\$ 131,4 milhões em valores correntes. No confronto com os recolhimentos contabilizados no mesmo mês do ano anterior, apurou-se um decréscimo nominal de 1,0%, correspondente a uma queda real de 4,5%, tendo o INPC/IBGE como índice de correção monetária.

Quanto à receita acumulada no período de janeiro a agosto de 2018, a arrecadação foi de R\$ 1.038,9 milhões em valores correntes. No comparativo com igual período em 2017, apurou-se decréscimo nominal de 0,4% e real de 2,8%, tendo como índice de correção monetária o INPC/IBGE.

O Índice de Confiança de Serviços (ICS), medido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), avalia a tendência de curto prazo e o comportamento das empresas do setor de serviços, com abrangência nacional. O gráfico abaixo traz o comportamento deste indicador até agosto de 2018, frente à arrecadação de ISS do Distrito Federal.



O Índice de Confiança de Serviços (ICS) subiu 1,5 pontos em agosto, conforme a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Com o resultado, o índice atingiu 89,0 pontos, segundo menor nível do ano.

Vale salientar que a partir de novembro de 2015, a classificação setorial das sondagens de tendências do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas (IBRE/FGV), passou a ser determinada pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas em sua versão 2.0 (CNAE 2.0, IBGE). Todas as informações contidas nos relatórios divulgados pelo IBRE/FGV referentes ao setorial das sondagens de tendências são ajustadas por sazonalidade, exceto quando expressamente indicado. E, também, as séries históricas com ajuste sazonal foram revisadas em fevereiro de 2017, considerando todos os dados disponíveis.

No mês de agosto de 2018, o cadastro fiscal do DF registrou 169.620 contribuintes ativos com atividade do ISS, classificados de acordo com a tabela a seguir.

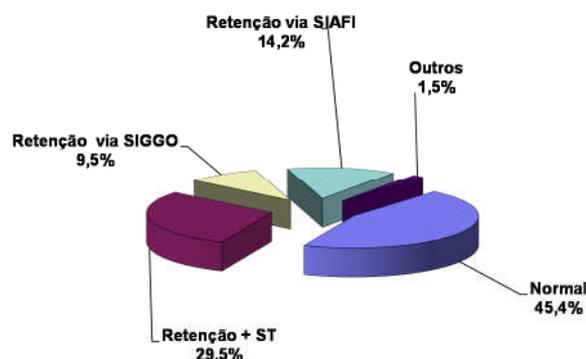
AGOSTO DE 2018											
NOME DO REGIME DO ISS	AGÊNCIAS DE ATENDIMENTO DA RECEITA										
	AGBAN	AGBRA	AGCEI	AGEMP	AGGAM	AGPLA	AGSIA	AGSOR	AGTAG	PBRAZ	TOTAL
1) Regime Normal de Apuração	899	12.154	1.528	2.246	1.455	476	4.247	879	5.943	153	29.980
2) Substituto Tributário Interno -ISS		3		39							42
3) Sociedade Unipessoal de Advocacia - ISS		5					1				6
4) SIMEI - Microempreendedor Individual	5.369	17.982	11.809		12.349	4.438	8.392	5.546	21.502	1.632	89.019
5) SIMPLES NACIONAL	2.206	16.037	3.714	60	3.678	1.357	6.436	2.092	12.684	465	48.729
6) Sociedades Uniprofissionais	2	762	6	8	5	1	53	2	69	1	909
7) Substituto Tributário - ISS (OUTRA UF)				1							1
8) Telecom/Energia Elétrica - Centralizada				53							53
9) Telecom/Energia Elétrica - Centralizadora				6							6
10) Outra UF (E-Commerce)	4	9	2	753	4		1		2		775
11) Outra UF - Prestação de Serviço no DF		12	1	84	1				1	1	100
TOTAL	8.480	46.964	17.060	3.250	17.492	6.272	19.130	8.519	40.201	2.252	169.620

No comparativo com o mês anterior houve um acréscimo de 2.245 inscrições no total de contribuintes do ISS, sendo que o SIMEI – Microempreendedor Individual e o SIMPLES foram os regimes que mais contribuíram para esse resultado com aumentos de 1.768 e 358 contribuintes, respectivamente.

Em termos de participação por localidade, 27,7% do total de inscritos encontram-se na circunscrição de Brasília, 23,7% na circunscrição de Taguatinga e 48,6%, nas demais localidades. Do total de inscrições, 52,5% estão no SIMEI; 28,7 %, no Simples Nacional; 17,7%, no Regime Normal de Apuração e apenas 1,1%, nas demais modalidades.

Na avaliação das principais modalidades de recolhimento do ISS em agosto de 2018, o ISS Normal respondeu por 45,4%; a modalidade de recolhimento por responsabilidade de terceiros efetuado pelo setor privado (Retenção + Substituição Tributária), por 29,5%; a Retenção via SIGGO respondeu por 9,5%; a Retenção via SIAFI, por 14,2%, e Outros, por 1,5%.

ISS por Situação de Recolhimento agosto de 2018

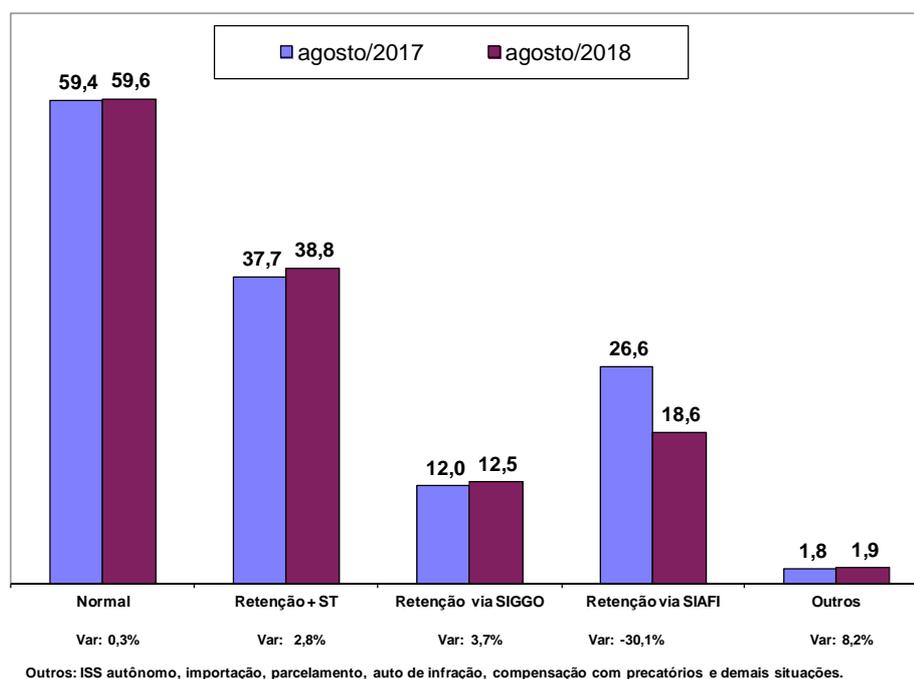


A tabela adiante apresenta valores reais, variações reais e a composição da arrecadação do ISS, por modalidade de recolhimento, nos meses de agosto de 2017 e 2018, bem como no acumulado do período de janeiro a agosto de ambos os anos.

ARRECADAÇÃO DO ISS POR SITUAÇÃO DE RECOLHIMENTO							
ISS	Valores Reais (em R\$ mil)				Variação Real ¹ (em%)		Composição da arrecadação (ago/18)
	ago/17	jan-ago/17	ago/18	jan-ago/18	ago/18	jan-ago/18	
					ago/17	jan-ago/17	
Normal	59.398	461.746	59.596	454.148	0,3%	-1,6%	45,4%
Retenção + ST	37.716	295.312	38.766	299.612	2,8%	1,5%	29,5%
Retenção via SIGGO	12.026	86.189	12.473	94.872	3,7%	10,1%	9,5%
Retenção via SIAFI	26.636	217.756	18.607	185.590	-30,1%	-14,8%	14,2%
Outros	1.796	22.878	1.943	18.873	8,2%	-17,5%	1,5%
Total da Arrecadação	137.571	1.083.879	131.385	1.053.094	-4,5%	-2,8%	100,00%
Fonte: SIGGO							
1: Apuração com base no INPC/IBGE.							

A figura abaixo ilustra a comparação em termos reais da arrecadação do ISS por modalidade de recolhimento em agosto de 2018 com o mesmo período de 2017.

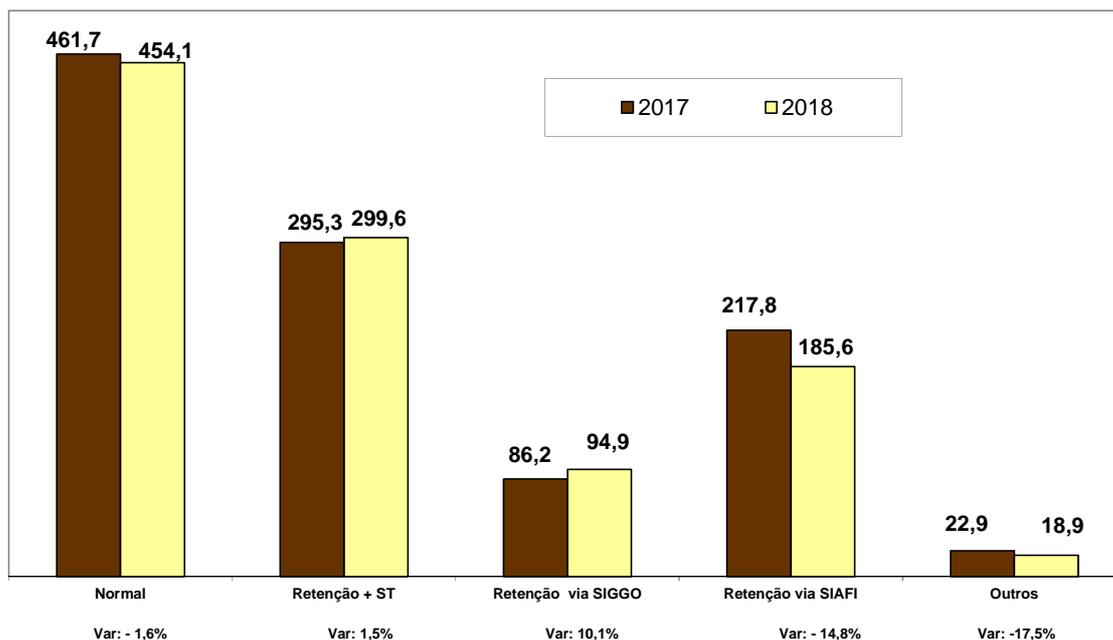
ISS por situação de recolhimento
Em R\$ milhões de agosto/2018 (INPC/IBGE)



Houve decréscimo real da arrecadação do ISS no total de R\$ 6,2 milhões em agosto de 2018 em comparação com agosto de 2017. Verifica-se que isso ocorreu basicamente devido ao decréscimo na Retenção por órgãos públicos via SIAFI (-R\$ 8,0 milhões), que não foi compensado com aumento ocorrido na modalidade Retenção + Substituição Tributária (+R\$ 1,1 milhão).

A figura abaixo ilustra, por sua vez, a comparação da arrecadação acumulada no período de janeiro a agosto de 2018 com a observada no mesmo período de 2017 pelas principais situações de recolhimento. Verifica-se que ocorreu decréscimo real de receita nas modalidades Normal (-R\$ 7,6 milhões), Retenção via SIAFI (-R\$ 32,2 milhões) e Importação (-R\$ 4,9 milhões) que faz parte do grupo Outros. Por outro lado, registrou-se incremento de arrecadação nas modalidades Retenção via SIGGO (+R\$ 8,7 milhões) e Retenção + Substituição Tributária (+R\$ 4,3 milhões).

ISS por situação de recolhimento
2018 contra 2017 (acumulado até agosto)
Em R\$ milhões de agosto/2018 (INPC/IBGE)

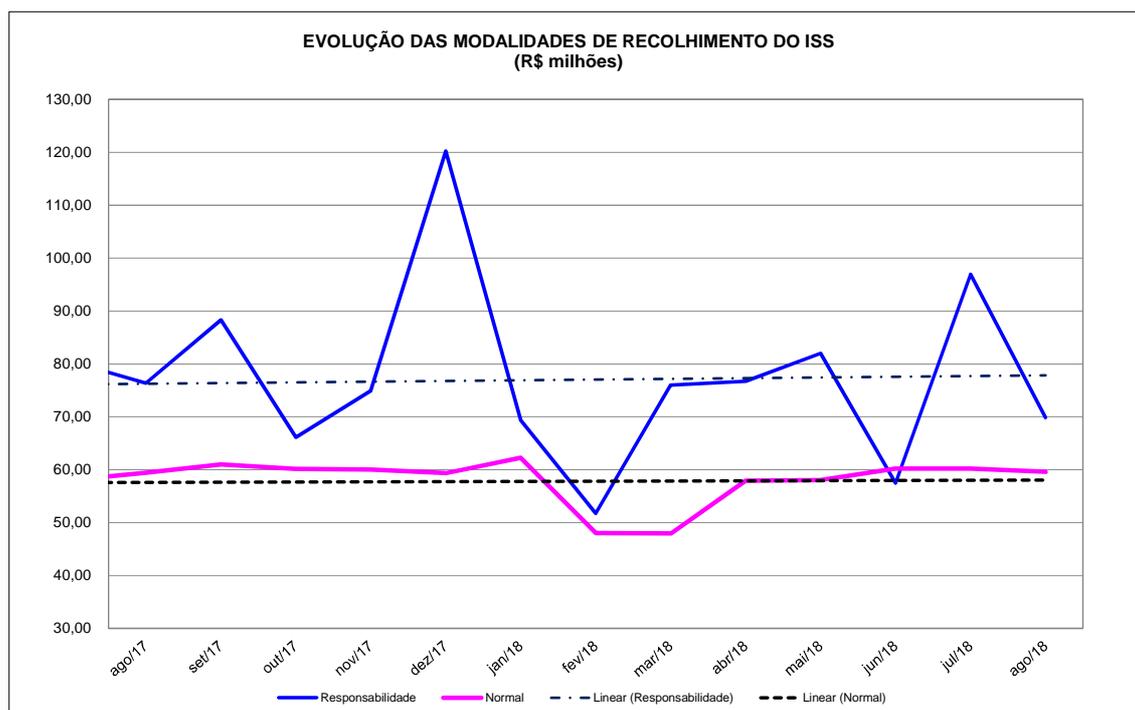


A diminuição do acumulado da arrecadação do ISS na modalidade Retenção via SIAFI no período janeiro a agosto de 2018, comparada com o mesmo período do ano anterior, deve-se ao volume de liquidação de despesas empenhadas em 2017 pela União, o que certamente contribuiu para a elevação das retenções via SIAFI em dezembro de 2017 (R\$ 65,3 milhões). Tal montante está bem acima daquele arrecadado nos meses de janeiro e fevereiro de 2018 (R\$ 22,8 milhões), porém apresentou recuperação nos meses de março (R\$ 26,0 milhões), abril (R\$ 27,8 milhões) e maio (R\$ 32,3 milhões). No entanto, a modalidade voltou a apresentar queda em junho (R\$ 10,0 milhões), recuperando uma parte em julho (R\$ 45,9 milhões) e decrescendo novamente em agosto (R\$ 8,0 milhões).

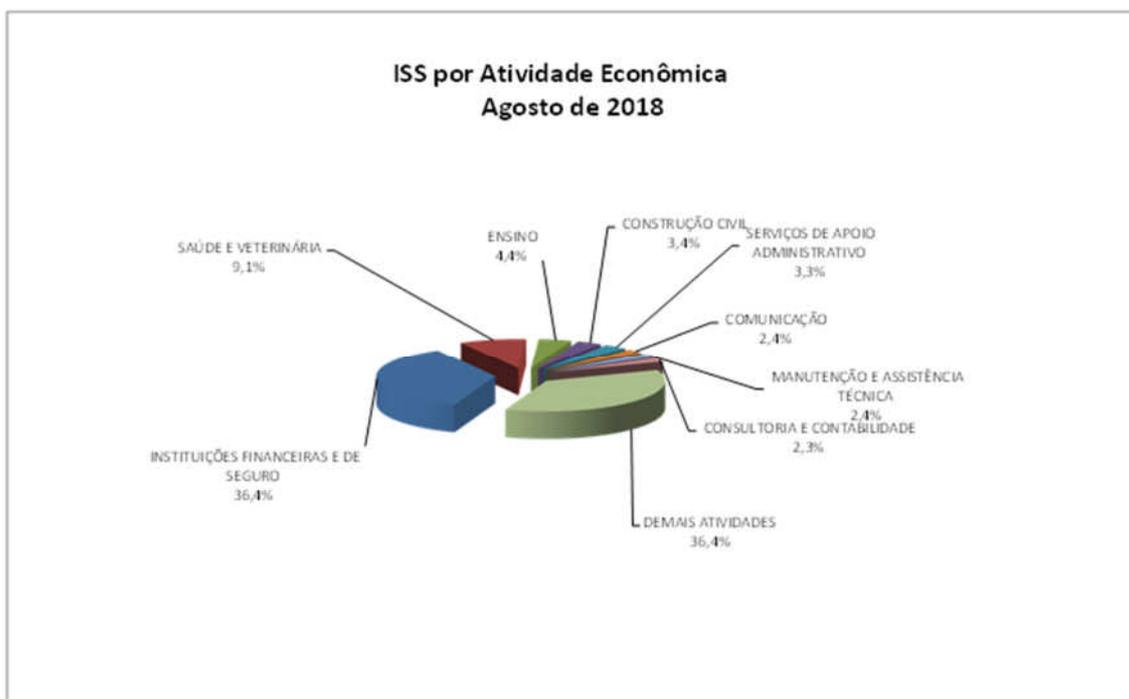
O gráfico seguinte apresenta a evolução das modalidades de recolhimento do ISS Normal e por Responsabilidade (Substituição Tributária, Retenção via SIAFI e Retenção via SIGGO).

Observa-se uma oscilação maior na modalidade responsabilidade, que conforme relato acima, decorre da Retenção via SIAFI. No entanto, as linhas de tendência de ambas as modalidades mostram relativa estabilidade das séries históricas.

Percebe-se ainda uma recuperação da depressão da modalidade Normal, do período de fevereiro e março de 2018, a partir de abril de 2018. Tal comportamento está provavelmente associado à entrada em vigor da Lei Complementar nº 937, de 26/12/2017, que incorporou as alterações promovidas pela Lei Complementar Federal nº 157, de 29/12/2016, com impacto na tributação dos serviços financeiros.



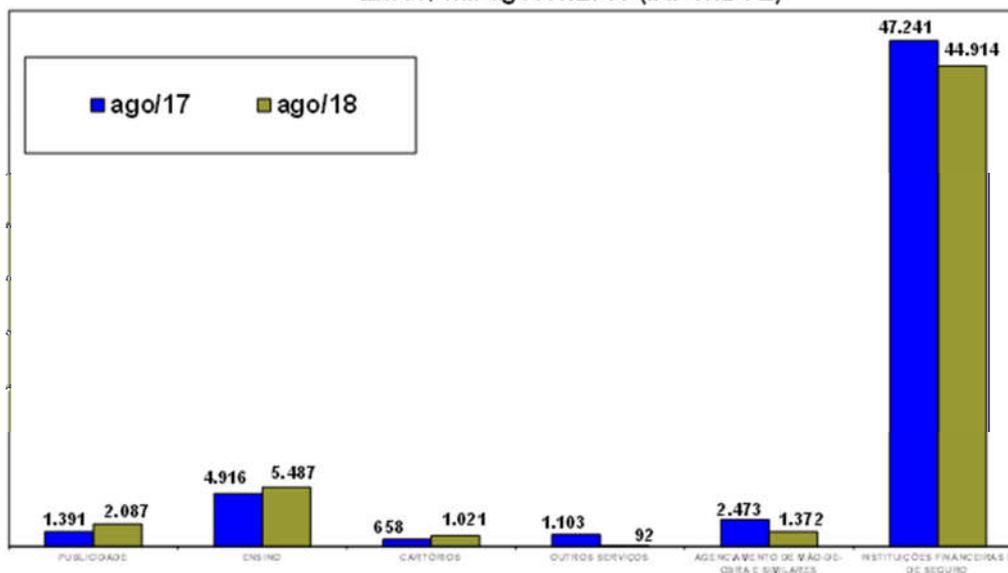
Partindo para a composição do ISS por segmento econômico em agosto de 2018 verifica-se, conforme gráfico seguinte, que a maior participação na arrecadação do imposto permaneceu no segmento de Instituições Financeiras e de Seguro (36,4%), acompanhada pelos segmentos de Saúde e Veterinária (9,1%) e Ensino (4,4%).



Os gráficos seguintes apontam o desempenho da arrecadação do ISS conforme principais setores econômicos. Foram excluídas as retenções efetuadas por órgãos públicos concentradas nas áreas de informática, segurança e limpeza pelo fato de elas não constarem integralmente na base de dados que serve de referência para a análise.

No confronto da arrecadação de agosto de 2018 com agosto de 2017, os principais acréscimos ocorreram nas atividades econômicas de Publicidade (+R\$ 696 mil), Ensino (+R\$ 571 mil) e Cartórios (+R\$ 364 mil). Por outro lado, apresentaram decréscimos as atividades de Instituição Financeira e de Seguro (-R\$ 2,3 milhões), de Agenciamento de Mão-de-Obra e Similares (-R\$ 1,1 milhão) e Outros Serviços (-R\$ 1,0 milhão), sendo que o primeiro decréscimo pode estar associado à edição da Lei Complementar nº 937, de 26/12/2017.

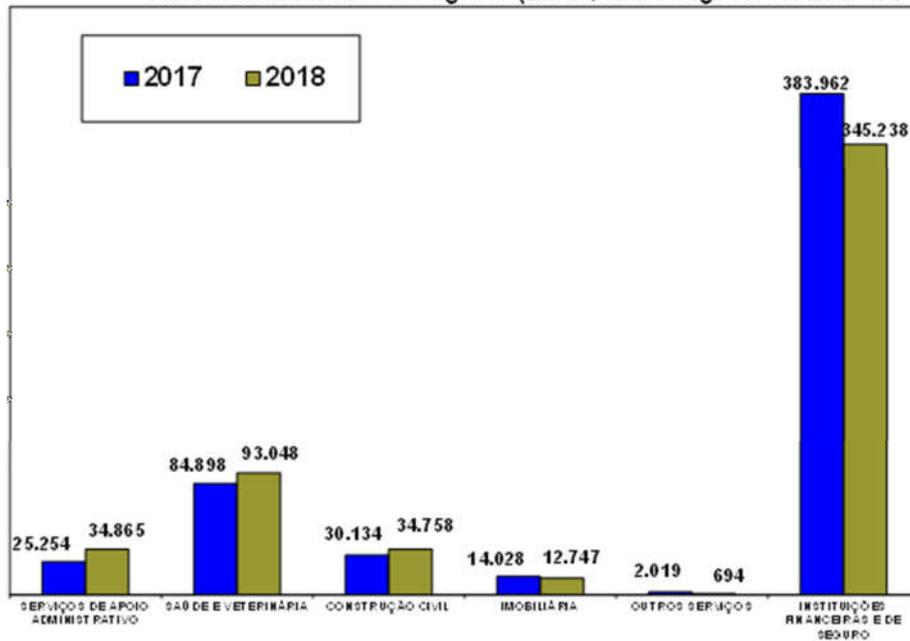
ISS por Atividade Econômica - Total de Contribuintes
 Maiores Variações Absolutas- Atividades Seleccionadas*
 Em R\$ mil agosto/2018 (INPC/IBGE)



(*) Exclui os setores de informática, segurança e limpeza, pois o financeiro dos contribuintes contempla apenas parcialmente a retenção por órgãos públicos.

Na comparação de 2018 frente a 2017 com dados acumulados até agosto, os maiores aumentos em termos absolutos ocorreram nos segmentos de Serviços de Apoio Administrativo (+R\$ 9,6 milhões), de Saúde e Veterinária (+R\$ 8,2 milhões), e de Construção Civil (+R\$ 4,6 milhões). Por outro lado, apresentaram decréscimos as atividades de Instituição Financeira e de Seguro (-R\$ 38,7 milhões), de Outros Serviços (-R\$ 1,3 milhão) e Imobiliária (-R\$ 1,3 milhão), sendo esse primeiro decréscimo provavelmente associado à Lei Complementar nº 937, de 26/12/2017.

ISS por Atividade Econômica - Total de Contribuintes
Maiores Variações - Atividades Seleccionadas
 *Valores acumulados até agosto (Em R\$ mil de agosto de 2018-INPC/IBGE)



(*) Excluídos setores de informática, segurança e limpeza, polícia financeira dos contribuintes e, até o momento da elaboração do relatório, não contemplava integralmente a retenção por órgãos públicos.

SÉRIES HISTÓRICAS

(08 Agosto 2018 – Séries Históricas.xls)